

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá



“A pessoa conscientizada tem uma compreensão diferente da história e de seu papel nela. Recusa acomodar-se, mobiliza-se, organiza-se para mudar o mundo”.

Paulo Freire

Gurupá | PA | JULHO DE 2016

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã-Baquiá

In memoriam dedicamos o
Projeto Político Pedagógico às
grandes lideranças da RDS:

José Costa e Lauro Coimbra

Este Projeto Político Pedagógico foi construído por:

Moradores das Comunidades da RDS Itatupã-Baquiá

- São João do Jaburu
- Santa Luzia do Urucuri
- São Francisco do Piracuí
- Belo Horizonte
- Santo Antônio do Baquiá Grande
- Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Baquiá
- Santa Maria do Tauari
- Comunidades do Entorno da RDS

Instituições/Organizações/Colegiados:

- Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Itatupã – Baquiá
- Câmara Municipal de Gurupá
- Casa Familiar Rural de Gurupá
- Conselho Gestor da RDS Itatupã-Baquiá
- Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente
- EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Gurupá
- Escolas Municipais da RDS
- Grupo de Mulheres do São João do Jaburu
- ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
- Polo de Educação da Região da RDS
- Prefeitura Municipal de Gurupá
- Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Gurupá

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã-Baquiá

Facilitação do processo de construção e redação do PPP:

- Maria Henriqueta Andrade Raymundo (Consultora Técnica do DEA/SAIC/MMA)

Logística:

- Pedro Alves Vieira – Tapuru (Gestor da RDS/ICMBio)
- Renata Cristina Ferreira (PNUD/ICMBio)
- Pablo Cantuária (NGI-AP/ICMBio)
- Iranildo Coutinho (ESEC Maracá-Jipioca-AP/ICMBio)
- Célia Pereira (COEDU/DSAM/ICMBio)

Logística e mobilização:

- Manoel João Gama dos Santos (ATRAEIB)
- Wesley Cordovil de Souza - Palheta (ATRAEIB)
- Francisco da Silva Pereira – Sarapó (ATRAEIB)
- Maria Lucia Pires Brilhante (Grupo de Mulheres - São João do Jaburu)
- José Alex Guimarães (Escola Municipal Manoel Lourenço dos Reis)
- João Nogueira Damasceno (ATRAEIB)
- Manoel Sebastião F. Lourenço (Escola Municipal Manoel Lourenço dos Reis)
- Raimundo da Trindade Fernandes Dias (ATRAEIB)
- Miracy Ferreira de Melo (ATRAEIB)
- Pedro Alves Vieira – Tapuru (Gestor da RDS/ICMBio)
- Maria Henriqueta Andrade Raymundo (DEA/SAIC/MMA)

Realização:



Conselho Gestor da Reserva de
Desenvolvimento Sustentável
Itatupã – Baquiá



ATRAEIB - Associação dos
Trabalhadores Rurais
Agroextrativistas do Itatupã –
Baquiá



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
O processo de construção do PPP	9
❖ MARCO SITUACIONAL	12
➤ Plano de Manejo da RDS Itatupã-Baquiá	12
➤ Características gerais da RDS Itatupã-Baquiá	14
➤ Olhares problematizados para o ontem e o agora da RDS Itatupã-Baquiá	38
➤ Coisas boas que gostamos da RDS Itatupã-Baquiá	38
➤ Problemas da RDS Itatupã-Baquiá	40
➤ Diálogos e aspectos gerais sobre a nossa realidade	53
❖ MARCO CONCEITUAL	58
➤ A origem das coisas e o PPP da RDS Itatupã-Baquiá	58
➤ Os significados que damos ao PPP da RDS Itatupã-Baquiá	65
➤ Sonhos para a RDS Itatupã-Baquiá	69
➤ A sociedade que queremos, a Reserva que vivemos: conceitos e valores	72
❖ MARCO OPERACIONAL	76
➤ Nossa proposta pedagógica metodológica:	76
➤ Objetivos do Marco Operacional	81
➤ Linhas de ação do PPP da RDS	81
➤ Monitoramento, Avaliação e Indicadores	107
BIBLIOGRAFIA	114

LISTA DE SIGLAS

ACFRG – Associação Casa Familiar Rural de Gurupá
APA – Área de Proteção Ambiental
APROJA – Associação dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Jaburu
Arpa – Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ATAEDI – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Itatupã
ATRAEIB – Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Itatupã – Baquiá
CGEA - Coordenação Geral de Educação Ambiental
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
DEA – Departamento de Educação Ambiental (do Ministério do Meio Ambiente)
EA – Educação Ambiental
Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENCEA - Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação
Fapespa – Fundação de Amparo à Pesquisa do Pará
FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FLONA – Floresta Nacional
Funbio - Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Ideflorbio – Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
Imazon – Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
IIEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MEC – Ministério da Educação
NGI – Núcleo de Gestão Integrada
OG – Órgão Gestor
PACS – Programa de Agentes Comunitários de Saúde
PACTO – Programa Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PEAAF - Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar
PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola
PIB – Produto Interno Bruto
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental

Projeto Político Pedagógico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá

PPCDAm - Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PRODES - Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite
ProNEA – Programa Nacional de Educação Ambiental
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PPP – Projeto Político Pedagógico
PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROVARZEA - Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea
RAPPAM - Avaliação Rápida e Priorização do Manejo de Unidades de Conservação
RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável
RESEX – Reserva Extrativista
SAIC – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania do Ministério do Meio Ambiente
Sema – Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMAS – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Semapa – Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Semcelt – Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo
Semed – Secretaria Municipal de Educação
Semusau – Secretaria Municipal de Saúde
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativista de Gurupá
SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUS – Sistema Único de Saúde
TI – Terra Indígena
Tratado de EA - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UC – Unidade de Conservação
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFV – Universidade Federal de Viçosa
WWF – Fundo Mundial para a Conservação da Natureza

APRESENTAÇÃO



Figura 1 - Projeto Político Pedagógico da RDS Itatupã-Baquiá

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Itatupã-Baquiá foi construído no período de fevereiro a julho de 2016, por meio de um trabalho de educação ambiental realizado pelo Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA) com apoio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), da Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas Itatupã – Baquiá (ATRAEIB) e do Conselho Gestor da RDS.

O processo participativo de elaboração do PPP da RDS Itatupã-Baquiá está fundamentado no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, na Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que tem a “missão de contribuir na construção de sociedades sustentáveis com pessoas felizes e atuantes”.

Como parte da ProNEA o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF) para dialogar com os agricultores familiares e comunidades tradicionais agroextrativistas a fim de colaborar no desenvolvimento rural sustentável. O PEAAF, em articulação com o Programa Bolsa

Verde; Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental nas Unidades de Conservação (ENCEA) e ICMBio, escolheu a RDS Itatupã-Baquiá para construir o PPP.

Neste sentido, as comunidades e instituições, dentro de seus direitos de acessarem às políticas públicas de educação ambiental (EA), foram convidadas à construção coletiva do Projeto Político Pedagógico para a RDS.

Por que fazer um Projeto Político Pedagógico para uma Unidade de Conservação (UC)?

Porque a Unidade de Conservação pode ser um espaço educador, que educa para dentro e para fora, porque na UC existe uma diversidade de conhecimentos, ensinamentos e aprendizados. Como espaço educador a Unidade de Conservação deve propiciar o diálogo, a participação democrática, a reflexão crítica sobre o dia a dia do lugar, o estabelecimento de parcerias, o compartilhar de experiências, fazer um planejamento participativo que organize e integre os saberes para que todos juntos apresentem propostas que resolvam seus problemas e ajudem na realização dos sonhos comuns.

Por isso, a política pública de educação ambiental adotou o PPP como uma ferramenta pedagógica que possibilita realizar todas essas ações dentro da RDS Itatupã-Baquiá para fortalecer as comunidades em busca da melhoria da qualidade de vida de todos e a sustentabilidade da Reserva.

O PPP da RDS Itatupã-Baquiá foi construído e organizado em três marcos: situacional, conceitual e operacional que se relacionam um com o outro.

O marco situacional traz as características da Reserva, a realidade do lugar, com sua história, seus problemas, necessidades e as coisas boas. O conceitual representa os valores, princípios, saberes e sonhos. São os sentimentos e significados que fundamentam as ações. E o marco operacional do PPP são as diretrizes metodológico-pedagógicas, as ações com prazos e indicadores.

O processo de construção do PPP

O PPP foi construído, no período de fevereiro a julho de 2016, com mais de 300 pessoas representando as comunidades da RDS e seu entorno, o ICMBio, Conselho Gestor, ATRAEIB, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Prefeitura e Câmara de Vereadores de Gurupá, Casa Familiar Rural, Emater e outras instituições.

As técnicas pedagógicas e metodológicas utilizadas para construir o PPP foram: entrevistas-diálogo, rodas de conversa, oficinas, reuniões, grupos de trabalho, levantamento de dados secundários, observação participante, produção e utilização de vídeo como mediação pedagógica, leitura dialogada, além da sistematização, análise de informações e redação do texto.

O uso do conjunto destas técnicas configurou-se na criação de espaços dialógicos com a adesão espontânea ao Projeto, possibilitando o protagonismo comunitário, que tirou do silêncio vozes esquecidas, bem como, a integração de diferentes saberes e o compromisso assumido em responsabilidades compartilhadas.

Este PPP organizado em três marcos é fruto de diálogo, problematização da realidade, reflexões, pensamentos, construção e produção de conhecimentos diversos.

Os textos e produções que se apresentam nos três marcos são resultados da sistematização das reflexões individuais e coletivas, dos debates, inúmeros diálogos e ideias expressadas pelos sujeitos deste processo, sendo captadas por meio de alguma das técnicas citadas.

Houve, por parte da facilitadora do processo de construção e elaboração do texto do PPP, apenas uma costura para alinhar os fios que teciam a riqueza profunda dos saberes práticos e teóricos das comunidades que emocionavam com histórias, reflexões, valores, sonhos e lições cotidianas.

Desta forma, o processo educador ambiental desenvolvido com os moradores da RDS e entorno, e as instituições que com ela se relacionam apresenta no PPP a essência destes sujeitos na perspectiva da educação como um ato político e sem neutralidade.

A educação, na perspectiva da prática da liberdade, é um ato político. Não existe educação neutra (FREIRE, 1989).



Figura 2 - O processo de construção do PPP

Projeto Político Pedagógico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá

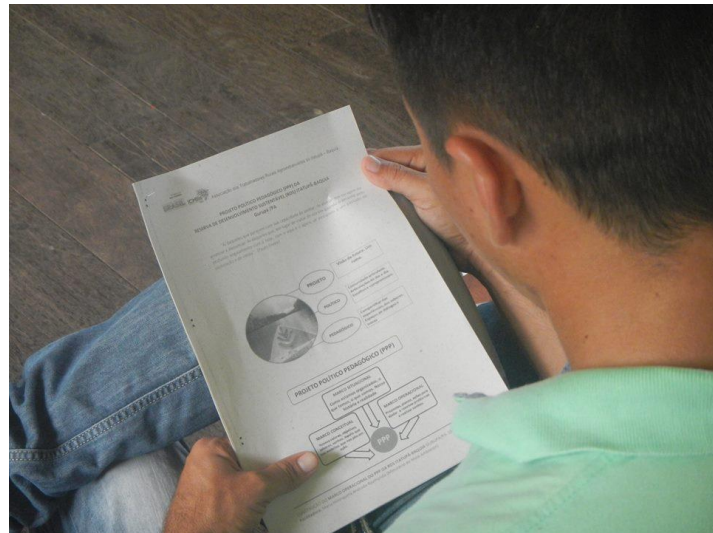


Figura 3 - O processo de construção do PPP

❖ MARCO SITUACIONAL

O marco situacional deste PPP diz respeito a conjuntura social, econômica, política, física e estrutural do território em que se encontra a Unidade Conservação, bem como, as relações entre as comunidades e instituições que integram a gestão e o uso deste território. Além disso, este marco situacional traz a problematização da realidade vivida pelas comunidades com seus aspectos socioambientais indicando as dificuldades, necessidades e potencialidades.

➤ Plano de Manejo da RDS Itatupã-Baquiá

De maneira geral, os planos de manejo orientam a gestão e o planejamento das unidades de conservação (UC) dependendo da modalidade de uso. No caso a RDS Itatupã-Baquiá, que é uma UC de uso sustentável, o plano de manejo deve considerar além das atividades de fiscalização e conservação a intervenção humana relacionada ao extrativismo, pesca, caça, agricultura e outros usos.

O Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá foi publicado oficialmente em 24 de maio de 2016 com a finalidade de cumprir as exigências da Lei nº 9.985 - Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) de 18 de julho de 2000, em seu art. 27 e parágrafos.

Portanto, o Plano de Manejo da RDS Itatupã-Baquiá trata-se de um documento orientador e balizador na gestão da UC, subsidiando o seu órgão gestor (ICMBio), as associações representativas das populações tradicionais, as instituições que compõe o Conselho Deliberativo da Unidade e as comunidades residentes, no desenvolvimento de ações e programas que visem garantir a qualidade

de vida, a valorização da cultura de sua população e o uso sustentável dos recursos naturais.

OBJETIVO DA RDS ITATUPÃ-BAQUIÁ

De acordo com o SNUC, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável tem como objetivo básico preservar a natureza e, ao mesmo tempo, assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas

O Plano de Manejo determina que as atividades desenvolvidas na Reserva de Desenvolvimento Sustentável devem obedecer às seguintes condições:

a) É permitida e incentivada a visitação pública, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no Plano de Manejo da área;

b) É permitida e incentivada a pesquisa científica voltada à conservação da natureza, à melhor relação das populações residentes com seu meio e à educação ambiental, sujeitando-se à prévia autorização do órgão responsável pela administração da unidade, às condições e restrições por este estabelecida e às normas previstas em regulamento;

c) Deve ser sempre considerado o equilíbrio dinâmico entre o tamanho da população e a conservação; e

d) É admitida a exploração de componentes dos ecossistemas naturais em regime de manejo sustentável e a substituição da

cobertura vegetal por espécies cultiváveis, desde que sujeitas ao zoneamento, às limitações legais e ao Plano de Manejo da área.

O Plano de Manejo apresenta uma caracterização profunda sobre os aspectos físicos, bióticos, sociais, econômicos entre outros, com o objetivo de propor programas de ação para a conservação ambiental e desenvolvimento sustentável.

Como suporte ao plano de manejo na intervenção humana na UC, a RDS Itatupã-Baquiá também conta com um Plano de Utilização, que é um documento oficial expedido pelo ICMBio e desenvolvido em colaboração entre os gestores e comunidades locais, que objetiva garantir os direitos da população presente e futura, mediante a regulamentação do uso do solo, dos ecossistemas e dos recursos naturais, assim como o comportamento a ser seguido pelos extrativistas, no que diz respeito às condições técnicas e legais para a exploração racional dos recursos e de uma boa convivência, bem como apresenta regras de uso para visitantes.

➤ **Características gerais da RDS Itatupã-Baquiá**

Onde está localizada a RDS Itatupã-Baquiá?

A RDS Itatupã-Baquiá está situada no estado do Pará, o segundo maior estado do país com 1.247.954,320 km², 144 municípios e uma população estimada em mais de sete milhões de habitantes, sendo 96 milhões indígenas (IBGE, 2015). Com uma economia centrada nas atividades de agricultura, pecuária e extração vegetal (GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, 2015), o estado alcançou em 2013 um PIB¹ de R\$

¹ Produto Interno Bruto

120 bilhões (IBGE, 2015), o maior entre os estados da região norte e décimo primeiro entre todos os estados da federação.

Localizado no bioma Amazônia, o estado do Pará junto com mais sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do estado do Maranhão, integra a Amazônia Legal, perfazendo uma área de aproximadamente cinco milhões de km² ou 59% do território brasileiro (IPEA, 2008). A Amazônia Legal foi um conceito criado para promover o desenvolvimento social e econômico da região amazônica, instituído com a criação da extinta Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) através da lei 1806/53, substituída em 1966 pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A Amazônia Legal concentra diversas ações do governo federal e dos governos estaduais para o combate do desmatamento da Floresta Amazônica.

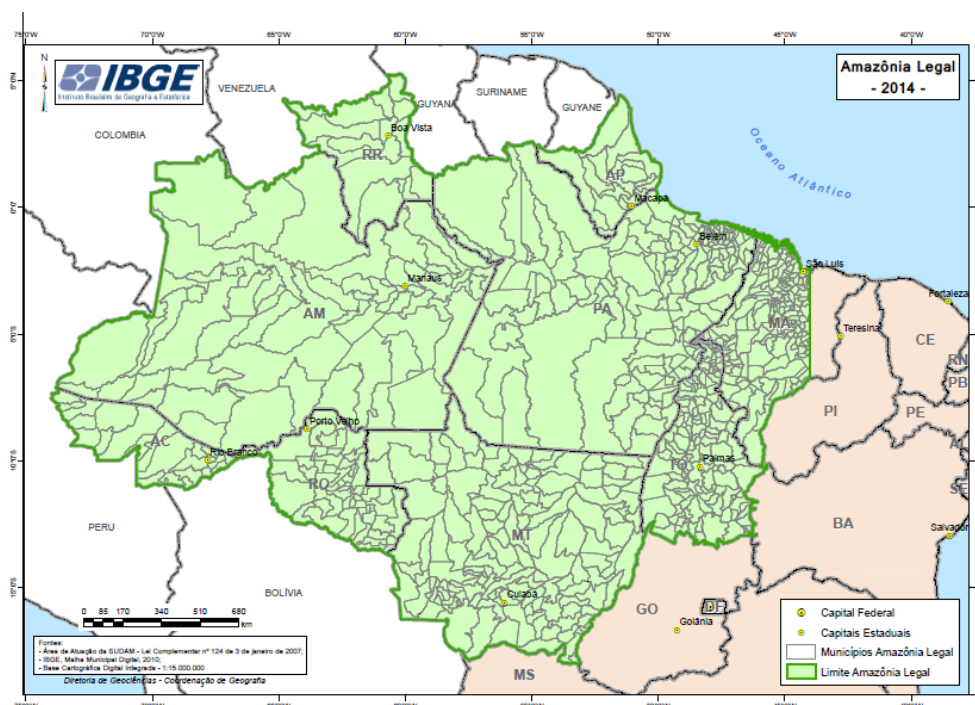


Figura 3 - Amazônia Legal. Fonte: IBGE, 2014

Ao longo das três últimas décadas 18% da Amazônia Legal foi desmatada como resultado do processo de ocupação, degradação

ambiental e conflitos sociais (VERÍSSIMO e col., 2011). Neste cenário, os estados do Pará e Mato Grosso responderam por metade do desmatamento observado, apresentando, porém, uma importante queda do desmatamento a partir de 2004 devido a uma maior atuação dos programas de conservação ambiental de governos e setores privados.

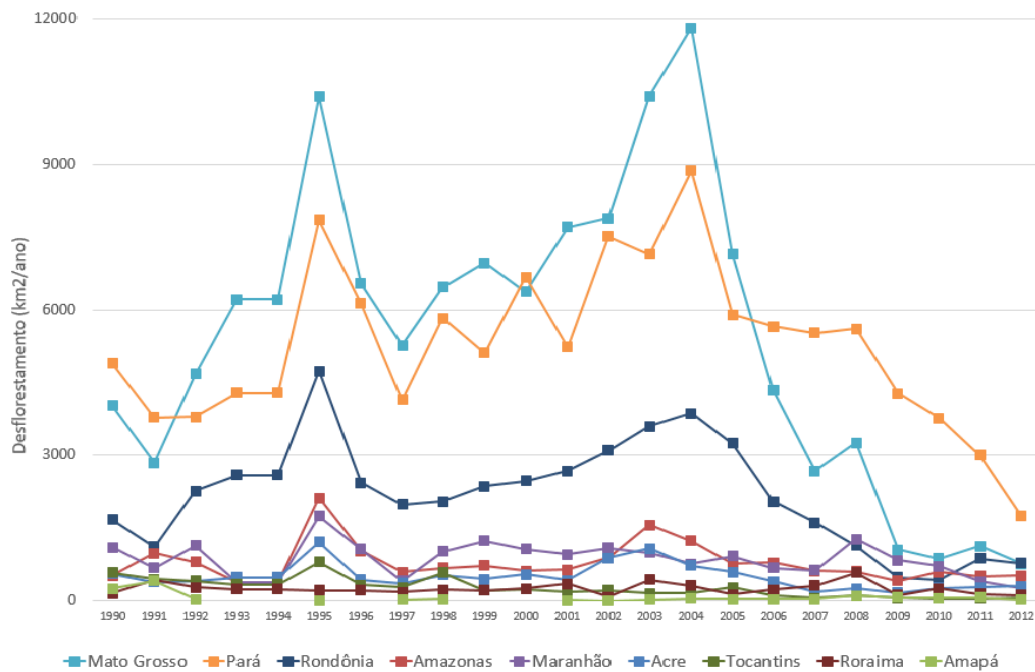


Figura 4 - Gráfico do desflorestamento por corte raso por estado (km²/ano). Fonte: Ministério do Meio Ambiente. Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm)

A região da RDS Itatupã-Baquiá

A RDS Itatupã - Baquiá está localizada na Mesorregião Geográfica do Marajó, porção nordeste do estado do Pará que abriga dezesseis municípios (aproximadamente 438 mil habitantes), entre eles Gurupá, onde se insere completamente a referida Reserva. Com uma extensão de aproximadamente 104 km² a mesorregião subdivide-se em três microrregiões: região do Arari, região dos Furos de Breves e região de Portel. Entre as três microrregiões é possível compreender uma porção referente a um arquipélago flúvio-marítimo (região do Arari e Furos de Breves) com cerca de três mil ilhas e ilhotas e outra

porção com característica mais continental (região de Portel) (SOUZA, 2007).

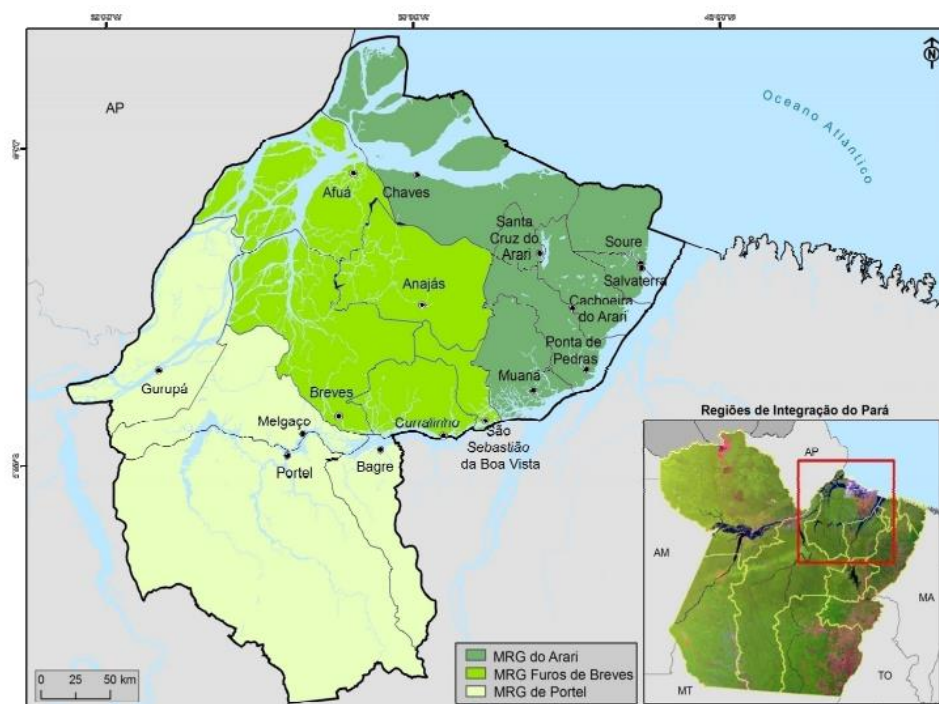


Figura 5 - Mesorregião Geográfica do Marajó. Fonte: GeoPARÁ, 2007

Oito unidades de conservação estão presentes na mesorregião do Marajó, sendo sete unidades de uso sustentável e uma de proteção integral. A APA do Marajó, apesar de não constar no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, tem sua instituição junto à Constituição do Estado Pará², abrigando três reservas extrativistas (RESEX Mapuá, RESEX Marinha de Soure e RESEX Terra Grande – Pracuúba) (IDEFLORBIO, 2015).

Tabela 1 - Unidades de Conservação da Mesorregião Geográfica do Marajó. Fontes: ICMBio, 2016; IDEFLORBIO, 2015

Competência	UC	Hectares
Federal	FLONA Caxiuanã	317.946,37
	RDS Itatupã – Baquiá	64.441,29
	RESEX Mapuá	93.746,34
	RESEX Marinha de Soure	29.578,36
	RESEX Terra Grande - Pracuúba	194.867,63
Estadual	RESEX Gurupá - Melgaço	145.572,11
	APA Marajó	5.904.322,00
	PE Charapucu	65.181,94

² Art. 13, parágrafo 2º da Constituição do Estado do Pará.

O município de Gurupá está localizado na microrregião de Portel à margem direita do rio Amazonas e próximo à foz do rio Xingu, tendo como limites o município amapaense de Macapá e os municípios paraenses de Almeirim, Porto de Moz, Melgaço e Breves (PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPÁ, 2016). Tem sua história de fundação relacionada ao Forte de Santo Antônio de Gurupá, erguido por holandeses para a defesa das lavouras de canas-de-açúcar, mais tarde dominado por colonizadores portugueses (MMA, 2014).

Gurupá ocupa uma área de 8.5 mil Km², abrange além da RDS Itatupã-Baquiá uma parte da RESEX Gurupá Melgaço e faz fronteira com a FLONA de Caxiuanã e a RESEX do Rio Cajari. Macapá é o polo urbano mais próximo da RDS Itatupã-Baquiá, oferecendo aos residentes da UC os serviços mais especializados não encontrados na região. Macapá, enquanto capital do estado do Amapá, tem aproximadamente 500 mil habitantes, um PIB acima de oito bilhões de reais e uma economia centrada nos serviços (R\$ 3,6 bilhões) (IBGE, 2015).

O principal meio de deslocamento em Gurupá é pela rede hidrográfica formada pelo rio Amazonas com seus furos e canais (IEEB, 2006). Apresenta uma baixa densidade demográfica (3,4 habitantes/km²) e sua maior população encontra-se no meio rural (IBGE, 2015). Em 2013, Gurupá atingiu PIB de R\$ 164 milhões, dos quais a agropecuária responde por R\$ 46 milhões e os serviços por R\$ 23 milhões (IBGE, 2015).

Tabela 2 – População e Renda no Município de Gurupá. Fonte: IBGE, 2015c

População 2010	População Urbana 2010	População Rural 2010	PIB 2013 (Mil Reais)	Rendimento médio familiar mensal (Reais)	Rendimento médio familiar mensal – urbano (Reais)	Rendimento médio familiar mensal rural (Reais)
29.062	9.580	19.482	163.575	425,59	609,99	338,40

Em Gurupá e região, devido às áreas protegidas, há uma cobertura do Programa Bolsa Verde³. No período entre 2012 e 2015 Gurupá registrou 932 beneficiários do programa, dos quais são 202 residentes da RDS Itatupã-Baquiá, 439 da RESEX Gurupá – Melgaço e três da RESEX Rio Cajari. O programa Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300,00 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. Outro importante programa de transferência de renda do qual se beneficiam os gurupaenses é o Programa Bolsa Família. De acordo com dados online do Relatório de Informações Sociais sobre o programa, Gurupá registrou 6.039 famílias inscritas no Cadastro Único em dezembro de 2015, das quais:

- 4.528 com renda per capita familiar de até R\$77,00;
- 663 com renda per capita familiar entre R\$77,00 e R\$ 154,00;
- 607 com renda per capita familiar entre R\$ 154,00 e meio salário mínimo;
- 241 com renda per capita acima de meio salário mínimo.

Por ser um programa destinado às famílias mais pobres, em março de 2016, 4.773 famílias, representando uma cobertura de 133,1 % da estimativa de famílias pobres no município de Gurupá, foram beneficiadas pelo programa com um valor médio de R\$ 281,77.

Tabela 3 - Transferências Direta Bolsa Família (Mil Reais) (2013 - 2015). Fonte: MDS, 2016

	2013	2014	2015	TOTAL
Gurupá	12.301.524	14.001.572	14.592.821	40.895.917
Pará	1.658.481.264	1.897.031.791	1.957.280.555	5.512.793.610
Brasil	300.885.547.120	332.672.681.739	339.744.080.701	973.302.309.560

³ Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde instituído pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e regulamentado pelo Decreto nº 7.572 de 28 de setembro de 2011.

Caracterização biofísica da RDS Itatupã-Baquiá

A caracterização biofísica da RDS Itatupã – Baquiá, descrita em maior detalhe em seu Plano de Manejo, tem abaixo uma síntese de suas informações:

- Vegetação predominante: Floresta Ombrófila Densa
- Principais ecossistemas:
 - Várzeas altas ou restingas
 - Várzeas baixas
 - Igarapós
- Flora características do bioma Amazônia, sem evidência de endemismo local
- Fauna características do bioma Amazônia, sem evidência de endemismo local
- Clima tropical com regime pluviométrico bem definido: chuvoso entre janeiro a junho e mais seco entre agosto a dezembro; alta precipitação pluviométrica; alta umidade; ausência de tempo seco.
- Formação geológica da região de Gurupá data do período do quaternário e é composta pela unidade dos aluviões.
- Solos predominantemente hidromórficos gleizados eutróficos (Gley Húmico e Gley pouco Húmico), de textura siltosa.
- Hidrografia formada pelos rios Jaburu, Tauari, Piracuí, Baquiá e seus vários igarapés e furos. Sua desembocadura encontra-se no rio Amazonas, porta de entrada da ilha Grande de Gurupá.

Um pouco da nossa história

A RDS Itatupã–Baquiá foi a primeira unidade de conservação na categoria de Reserva de Desenvolvimento Sustentável de competência federal a ser decretada no Brasil. Em 2014, uma segunda unidade, a RDS Nascentes Geraizeiras foi decretada no bioma Cerrado, constituindo desta forma duas unidades de conservação federal de categoria RDS.

Fruto de uma histórica mobilização social da região de Gurupá, a implementação da RDS Itatupã–Baquiá em 2005 tem, de acordo com o Instituto Internacional de Educação do Brasil - IIEB (2006), três importantes marcos temporais:



Figura 6 - Linha do Tempo da experiência de regularização fundiária e manejo florestal de Gurupá - PA. Fonte: IIEB, 2006

Há, no entanto, um contexto pré-existente ao primeiro marco temporal iniciado no primeiro ciclo da borracha (1835 – 1920) e estendido até a década de 1970, de migração de muitos trabalhadores para os seringais amazônicos que foram submetidos a um regime de “aviamento” (UFPA, 2012). Tal regime ou sistema de aviamento é o adiantamento de mercadorias a crédito sem a existência de dinheiro, em que esse crédito é ressarcido com a entrega do produto físico financiado (ARAMBURU, 1994; LIRA 2007). Com aval do governo, agentes privados, ou “patrões”, controlavam grandes extensões de

terras públicas que eram exploradas com base no trabalho semiservil dos chamados “fregueses” (IIEB, 2006).

Assim, os trabalhadores, ou “fregueses”, que chegavam aos seringais tinham seu transporte, alimentação, moradia, ferramentas etc., custeados pelos patrões, que eram pagos com o volume de goma produzido. Desta forma os “fregueses” já iniciavam seus trabalhos devendo aos patrões e, não raro, a conta devida era maior que o volume de goma produzido.

A produção da borracha baseada no regime de aviamento não suportou atender a demanda de quantidade e qualidade exigida pelos mercados internacionais, entrando em colapso com a concorrência da borracha asiática (LIRA, 2007), assim como com o acirramento da luta pela terra e a expansão agropecuária a partir da década de 1970 (CAMELY, 2004).

Ao longo de quatro décadas com apoio da igreja, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e de organizações não governamentais, fortaleceu-se no município de Gurupá diversas associações extrativistas que lutaram pelo direito de posse das terras exploradas por empresas e patrões, pressionando governos por regularizações fundiárias e desenvolvendo o conhecimento do manejo florestal. A organização fundiária, na preocupação dos gurupaenses, necessitava não apenas garantir a subsistência econômica das famílias com o extrativismo, mas também a proteção ambiental, posto que décadas de exploração da borracha degradaram os ecossistemas locais. Deste modo, o governo federal decretou a criação da RDS Itatupã-Baquiá em 14 de junho de 2005, em uma área de 64.735 ha no município de Gurupá.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação⁴ a RDS Itatupã-Baquiá é uma unidade de conservação de uso sustentável cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. A categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável se aplica as áreas naturais que abrigam populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. A RDS Itatupã-Baquiá é uma das 114 unidades de conservação apoiadas pelo Programa ARPA⁵ que, desde 2002 promove a conservação e a proteção permanente da biodiversidade em 60 milhões de ha com um investimento de R\$ 447 milhões gerenciados pelo Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio).

Tabela 4 - Marcos Temporais de Mobilização Social do Município de Gurupá - PA. Fonte: IIEB, 2006

1971 - 1986	<i>Formação de base, participação política e luta por direitos</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Formação das Comunidades Eclesiais de Base fundamentada na Teologia da Libertação na Paróquia de Santo Antônio de Gurupá. • Criação do Conselho Paroquial com lideranças comunitárias e agentes de pastoral para mobilização social. • Encontros comunitários para reivindicação de direitos. • Posse de dois vereadores do Partido dos Trabalhadores. • Intensificação dos conflitos por posse de terra entre patrões e empregados. Enfraquecimento do regime de aviamento. • Formação e vitória de uma chapa de oposição para assumir a coordenação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
1986 - 1996	<i>Luta Sindical</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 20 delegacias sindicais com associação de 700 trabalhadores. • Carta de Gurupá contendo metas para a melhoria das condições de vida e de trabalho na região, produzida a partir do Seminário: O trabalhador rural de Gurupá em busca de alternativas.

⁴ Lei 9995/2000

⁵ Programa Áreas Protegidas da Amazônia, executado pelo Ministério do Meio Ambiente.

		<ul style="list-style-type: none"> • Aprovação do Projeto Bem-te-vi de melhorias econômicas para os associados. • Posse de um trabalhador rural como prefeito de Gurupá. • 2º Congresso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gurupá. Nesta época, o sindicato contava com 944 sócios distribuídos em 40 delegacias.
1996 - 2006	<i>Regularização Fundiária e Manejo Florestal</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Início da colaboração da FASE em projetos com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na regularização fundiária. • Início dos processos de regularização fundiária com a instalação dos Projetos de Assentamento Agroextrativistas. • Seminário sobre Regularização Fundiária na Região das Ilhas. • Entrada nos primeiros processos de reconhecimento de terras para obtenção de termo de concessão de direito real de uso. • I Encontro Municipal sobre o Manejo Comunitário dos Recursos Naturais, organizado pela FASE e Sindicato dos Trabalhadores Rurais com apoio do Pró-Várzea e Pró-Ambiente.

Atividades econômicas

O ICMBio com o objetivo de ampliar seu conhecimento sobre as unidades de conservação federais realizou uma série de diagnósticos socioambientais. Dois destes diagnósticos são relevantes para conhecer as principais atividades econômicas das comunidades que habitam a RDS Itatupã-Baquiá. O primeiro deles, realizado em parceria com a WWF nos anos 2005/6 e 2010 retrata a efetividade de gestão das unidades de conservação federais, tendo como um dos eixos de análise a importância socioeconômica destas unidades de conservação para as comunidades.

Projeto Político Pedagógico da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá

Tabela 5 - Questões sobre a Importância Socioeconômica da RDS Itatupã - Baquiá. Fonte: RAPPAM/WWF, 2010

Importância Socioeconômica	2005	2010
A UC é uma fonte importante de emprego para as comunidades locais?	Sim	Não
As comunidades locais subsistem do uso dos recursos da UC?	Sim	Sim
A UC oferece oportunidades de desenvolvimento da comunidade mediante o uso sustentável de recursos?	Não	Não
A UC tem importância religiosa ou espiritual?	Não	Não
A UC possui atributos de relevante importância estética, histórica e/ou cultural?	Não	Não
A UC possui espécies de plantas de alta importância social, cultural ou econômica?	Pred. Sim	Sim
A UC possui espécies de animais de alta importância social, cultural ou econômica?	Pred. Não	-
A UC possui um alto valor recreativo?	Pred. Não	Não
A UC contribui significativamente com serviços e benefícios ambientais?	Não	Sim
A UC possui um alto valor educacional e/ou científico?	Pred. Sim	Pred. Não

O segundo diagnóstico, conduzido em 2013 com parceria da Universidade Federal de Viçosa (UFV), apresenta entre outras informações os dados de produção da UC. De maneira geral, os modos de vida da população da RDS Itatupã-Baquiá são semelhantes às demais populações amazônicas, baseado no uso dos recursos florestais, como a exploração madeireira, caça, pesca e agricultura de subsistência (IIEB, 2006). O trabalho envolve mão-de-obra primariamente familiar e a produção excedente é comercializada através de cooperativas e/ou associações.

Tabela 6- Quadro - síntese do diagnóstico Sócio produtivo da RDS Itatupã - Baquiá. Fonte: UFV, 2013

	Item	Pessoal Envolvido	Produção	Consumo	Comercialização
Extrativismo Vegetal	Açaí - Fruto	86%	NI	62 latas	183.370,00
	Açaí - Palmito	4%	64 ton	NI	134.000,00
	Banana	2%	NI	48 cachos	600,00
	Madeira - Tora	8%	78.966 m ³	21 dúzias de tábuas	7.974.000,00
	Carvão Vegetal	NI	1 ton	NI	2.000,00
	Lenha	NI	1,983 m ³	NI	31.000,00
	Castanha	NI	6 ton	NI	11.000,00
	Palmito		1.300 und	NI	1.300,00
Pesca	Camarão	56%	1.450 kg	26 kg	5.696,00
	Peixes diversos	37,5%	1.610 kg	1 ton	2.440,00

NI – Não Informado

Como a RDS Itatupã-Baquiá está organizada?

De acordo com o Plano de Manejo da RDS Itatupã-Baquiá, os residentes da unidade de conservação são, na sua maioria, descendentes de nordestinos vindos principalmente do Ceará e Paraíba no início do século XX para trabalhar nos seringais. A população encontra-se organizada em:

- 07 Comunidades:
 - São João do Jaburu – 96 famílias
 - Santa Luzia do Urucuri – 37 famílias
 - São Francisco do Piracuí – 34 famílias
 - Belo Horizonte – 59 famílias
 - Santo Antônio do Baquiá Grande – 50 famílias
 - Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Baquiá – 18 famílias
 - Santa Maria do Tauari – 37 famílias
- 03 Associações:
 - APROJA – Associação dos Pequenos Produtores Agroextrativistas do Jaburu
 - ATAEDI – Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Itatupã.
 - ATRAEIB – Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Itatupã – Baquiá.
- 04 Delegacias Sindicais
- 01 Colônia de pescadores

As casas estão distribuídas às margens dos rios e igarapés, em sua maioria de madeira e cobertas com palhas de babaçu ou telhas de amianto. As comunidades abrigam ao todo cerca de 330 famílias.

Algumas políticas públicas que incidem sobre o território da RDS Itatupã-Baquiá

Cabe ao poder público assegurar o desenvolvimento de políticas públicas que cheguem ao povo como direito constitucional, porém, é importante pensar para além de ações e programas governamentais. As políticas públicas se dão no âmbito de uma teia de relações e articulações institucionais e comunitárias; públicas e privadas; locais, regionais e globais que se voltam para a “coisa pública” numa pluralidade de atores sociais atuando em cooperação.

“A formulação de políticas públicas não é mais atribuída somente à ação do Estado enquanto ator singular e monolítico, mas resulta da interação de muitos atores distintos. A própria esfera estatal é entendida como um sistema de múltiplos atores” (SCHNEIDER, 2005, p. 38). Nesta perspectiva, a seguir são apontadas políticas públicas relacionadas à educação ambiental e agricultura familiar, que incidem na RDS Itatupã-Baquiá e seu entorno, com vistas a subsidiar a construção do seu Projeto Político Pedagógico.

No campo da agricultura familiar o município de Gurupá está mais bem amparado, devido às articulações efetivas entre as organizações institucionais e comunitárias do Conselho Gestor da RDS, em especial entre as Secretarias de Agricultura e Educação de Gurupá, STTR, EMATER e gestão da RDS Itatupã-Baquiá, que integradas estão acessando políticas públicas federais e também desenvolvendo suas próprias políticas.

Tendo como protagonistas as Secretarias Municipais de Agricultura e de Educação e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE do Ministério de Educação (MEC) vem sendo desenvolvidos em Gurupá de acordo com

a Lei Federal 11.947/2009, que estabelece diretrizes de alimentação saudável e respeito à cultura e hábitos das comunidades tradicionais, bem como, estimula o desenvolvimento sustentável com o fomento a obtenção de alimentos produzidos diretamente da agricultura familiar com a dispensa de licitação.

Em 2015 a Prefeitura Municipal de Gurupá conseguiu atingir o mínimo exigido pela referida Lei com a compra de trinta por cento de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar, enquanto a meta para 2016 está colocada em compra de quarenta por cento. Para tanto, será preciso um grande esforço técnico e político das comunidades, governo e setores da sociedade civil para que esta política seja executada a contento, atendendo os objetivos previstos na Lei, que integra as necessidades nutricionais de estudantes e a agricultura familiar.

Outras políticas públicas vinculadas à agricultura familiar vêm sendo lideradas, principalmente pela EMATER/PA e Prefeitura de Gurupá, por meio do acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com a disponibilização de créditos para execução de projetos consorciados de açaí, cacau, cupuaçu, piscicultura, entre outros, sendo alguns deles realizados na área da RDS.

No que tange a educação ambiental (EA) foi identificada na região da RDS o acesso à política pública de Escolas Sustentáveis do MEC acessada pela Secretaria Municipal de Educação, com a inclusão de 45 escolas de Gurupá contempladas com projetos de R\$8.000,00 a R\$10.000,00 que podem viabilizar pequenos projetos voltados à sustentabilidade local. Outra identificação é que o município de Gurupá adotou a EA como disciplina obrigatória em suas escolas, entrando em dissonância com a Política Nacional de Educação Ambiental, que não

recomenda a EA como disciplina, justamente por ser um tema transversal e transdisciplinar.

Descrição de ações e relações institucionais e comunitárias nas temáticas educativa e socioambiental em regiões de possível influência na UC

Considerando-se a região de influência da RDS Itatupã-Baquiá, apresentam-se aqui ações e relações estabelecidas no âmbito educativo e socioambiental mapeadas.

Poder Público

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

Responsável pela gestão e protagonista das ações na RDS Itatupã- Baquiá, o ICMBio é demandado como única autoridade socioambiental federal presente na região. Sua atuação é requisitada também na RESEX Gurupá-Melgaço que, segundo instituições de Gurupá, está sem gestor há mais de um ano, sobrecarregando o gestor da RDS Itatupã-Baquiá.

As ações do ICMBio referem-se a gestão de unidades de conservação, que contemplam fiscalização, educação ambiental, pesquisa, manejo, monitoramento entre outras ações. Portanto, o público com quem atua é amplamente diversificado, passando por instituições governamentais e não-governamentais, comunidades e população em geral.

Embora a RDS Itatupã-Baquiá esteja vinculada a Coordenação Regional-4 do ICMBio localizada em Belém, é fato que os mais de 1800 km de distância pelo rio que os separam acabam por fragilizar suas relações. Por outro lado, pode existir diálogo mais facilitado entre a

RDS Itatupã-Baquiá e o Núcleo de Gestão Integrada (NGI) do ICMBio em Macapá-AP favorecidos pela distância reduzida.

Prefeitura Municipal de Gurupá

A Prefeitura, por meio de suas secretarias de Agricultura, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Cultura e Turismo vem desenvolvendo ou são potenciais para desenvolver ações pontuais e políticas públicas de agricultura familiar e educação ambiental.

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Semapa)

– Sua competência foi definida nas Leis Municipais nº 770 de 20/09/1993 e nº 909 de 18/12/2003. Tem a missão de promover o desenvolvimento econômico, com o fortalecimento do agroextrativismo e busca de melhores condições de vida por meio da criação de fontes de renda a população do campo. A Secretaria de Agricultura é a representante da Prefeitura Municipal no Conselho Gestor da RDS Itatupã-Baquiá, no qual é muito presente. Seu público é prioritariamente a população rural e comunidades tradicionais com ações que vão desde a organização dos produtores para o acesso a financiamentos, manejo e produção até o acompanhamento dos mesmos em suas atividades diárias. Tem demonstrado ser uma boa articuladora de políticas públicas de agricultura familiar a partir dos programas e políticas do governo federal como o Pronaf, PNAE. Atualmente está à frente da consolidação de uma política pública municipal para o fortalecimento das comunidades rurais com a piscicultura. A Secretaria Municipal de Agricultura tem priorizado a ação governamental de produção de peixes em cativeiro junto a produtores do município, o que vem gerando emprego e renda.

Secretaria Municipal de Educação (Semed) – A Lei Municipal nº 770 de 20/09/1993 define a competência desta Secretaria que tem o objetivo de promover a educação infantil e o ensino fundamental no

município. São 11.492 alunos matriculados nas 97 escolas da rede municipal, sendo 187 no Ensino Infantil Creche; 1.386 no Ensino Infantil Pré-Escola; 8.173 no Ensino Fundamental, 805 no Ensino de Educação de Jovens e Adultos (EJA), 798 Ensino Fundamental Quilombola e 143 no EJA Quilombola. A Secretaria realiza parcerias com os governos federal e estadual na execução de projetos de ensino, por meio dos programas Mais Educação, Escola Aberta, PACTO e Universidade Aberta (UAB) (PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPÁ, 2016). Algumas ações da Secretaria Municipal de Educação se relacionam diretamente com a RDS Itatupã-Baquiá devido à presença de três escolas de educação infantil e ensino fundamental nas comunidades situadas na Reserva. A Secretaria vem desenvolvendo a política pública de compra da merenda escolar diretamente da agricultura familiar articulando-se com a Secretaria de Agricultura, STTR e associações de trabalhadores rurais da região. Outra política que está em execução é “Escolas Sustentáveis” do MEC, que contemplou 45 escolas municipais com recursos via Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) para que as unidades escolares possam criar e desenvolver ações de sustentabilidade. No ano passado a Secretaria Municipal de Educação, numa parceria com o MEC, desenvolveu o projeto “Pró-Jovem Campo - Saberes da Terra” a partir da pedagogia da alternância dentro dos princípios da educação do campo. Este projeto estimulou a conclusão dos estudos no ensino fundamental e a qualificação para o trabalho de campo. Ações pontuais de educação ambiental foram citadas pela Secretaria, como uma prática mais constante, por meio da realização de palestras e eventos em datas comemorativas. Os estudantes de zero a quinze anos representam o público prioritário da Secretaria de Educação, porém, a comunidade escolar vai além destes, ampliando assim o universo atendido.

Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma) – Segundo o Secretário Municipal de Meio Ambiente, esta secretaria está em fase de estruturação, necessária para cumprir suas competências definidas nas Leis Municipais nº 1.007, de 27 de janeiro de 2009 e nº 909, de 18 de dezembro de 2003, que passam por fiscalização, licenciamento, saneamento, educação ambiental, cadastramento rural, apoio aos produtores rurais entre outras. Suas ações, por enquanto, estão focadas no seu fortalecimento para que possa atender o seu público prioritário, que é a população em geral.

Secretaria de Saúde (Semusau) - Sua competência está na Lei Municipal nº 770, de 20/09/1993 assumindo a gestão local do Sistema Único de Saúde (SUS), com o desenvolvimento e manutenção de políticas de saúde. Realiza campanhas diversas para a prevenção e combates a doenças e faz atendimentos rotineiros e de pronto socorro no Hospital Municipal de Gurupá. A Secretaria possui um Departamento de Vigilância Sanitária que realiza cursos frequentes aos profissionais que trabalham com o preparo e manipulação de alimentos. Numa parceria com o governo federal acessou a política pública Programa de Agentes Comunitários de Saúde para a remuneração de agentes comunitários de saúde.

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (Semcelt) – Esta Secretaria foi criada com o objetivo de promover ações, planejando, executando e fiscalizando a política municipal de cultura, esporte, lazer e turismo, e integrá-los às iniciativas de caráter organizacional e administrativo, bem como democratizar e propiciar o acesso ao turismo no Município a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral. Além disso, tem o objetivo de contribuir para a preservação da identidade cultural das comunidades e populações tradicionais de Gurupá (PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPÁ, 2016).

Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater / PA

Integrante do Conselho Gestor da RDS Itatupã-Baquiá, a Emater está em Gurupá há mais de 10 anos e conta com uma sede, fruto da conquista do seu histórico de atuação no município. A instituição atende mais de quinhentas famílias de produtores rurais buscando contribuir no fortalecimento da agricultura familiar.

A Emater - Gurupá está desenvolvendo projetos de piscicultura com a produção em tanques construídos nas comunidades, como alternativa de geração de renda das famílias que sobreviviam apenas da extração do açaí. Destaca-se que a Emater tem um papel fundamental na elaboração técnica dos projetos permitindo que os empreendimentos tenham sucesso. Estes projetos vêm sendo desenvolvidos em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a RDS Itatupã-Baquiá.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS)

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade foi criada em 1988, pela Lei de nº 5457, passando por alterações denominativas e estruturais no decorrer do tempo foi reorganizada pela última vez por meio da Lei nº 7026/2007 para cumprir a missão institucional de promover a gestão ambiental integrada, compartilhada e eficiente, compatível com o desenvolvimento sustentável, assegurando a preservação, a conservação do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida (SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, 2016).

Não foram identificadas ações diretas desenvolvidas pela SEMAS em Gurupá, sendo apontada nas rodas de conversa como necessárias para fortalecer o território.

Instituições da Sociedade Civil e Movimentos Sociais

Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agroextrativistas de Gurupá - STTR

Entidade membro do Conselho Gestor da RDS Itatupã-Baquiá, foi criada no final dos anos de 1970 para representar os trabalhadores e trabalhadoras agroextrativistas do município de Gurupá. Durante muitos anos, o STTR esteve dominado por patrões que mantinham as posses da terra explorando a população. Depois de um longo período com lutas por direitos básicos e regularização fundiária “o STTR foi conquistado em 1986 pelos produtores oriundos da organização e formação comunitária e sindical” (MMA, 2014).

O STTR tem atuação destacada no processo de criação da RDS e está envolvida com protagonismo na execução de políticas públicas de agricultura familiar junto a Secretaria Municipal de Agricultura, Emater e comunidades.

Associações inseridas na RDS Itatupã-Baquiá

Três associações comunitárias localizadas dentro da RDS são integrantes do Conselho Gestor da referida UC, são elas:

- ❖ Associação dos Produtores Rurais do Jaburu (APROJA) e a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito do Itatupã – ATAEDI, criadas respectivamente em 1994 e 2001 com objetivos de representar as famílias junto ao IBAMA nos projetos de manejo comunitário, madeireiro e não madeireiro, bem como para a execução de projetos de educação ambiental e manejo dos recursos naturais apoiados no período de 2004 a 2007 pelo MMA/ PROVÁRZEA/PPG7. Já a Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Itatupã-Baquiá – ATRAEIB foi criada

no âmbito da RDS com objetivo de fazer a gestão da RDS junto com o ICMBio (MMA, 2014). Pode se afirmar que essas associações, também, surgem do movimento social histórico de Gurupá, que trabalhou pela conquista da terra com a formação de base, participação política, regularização fundiária e manejo florestal. As três Associações vêm desenvolvendo projetos para potencializar a agricultura familiar, com a geração de emprego e renda, buscando captação de recursos junto a Fundos diversos em parceria com o STTR, Emater, Secretaria Municipal de Agricultura e ICMBio.

Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá (ACFRG)

Esta Associação, também fruto do movimento social de Gurupá em especial do STTR que idealizou a Casa, com bases na pedagogia de Paulo Freire e na pedagogia da alternância, metodologia criada por camponeses da França no início do século XX e já adotada pelo MEC. A pedagogia da alternância intercala carga horária entre sala de aula e comunidade, considerando e valorizando a realidade do campo que é rica em aprendizados. Deste modo, a Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá já desenvolveu vários projetos junto a jovens e adultos promovendo a educação popular que aponta novas perspectivas para a vida dos ribeirinhos de Gurupá. Importante registrar que esta Associação de Gurupá inspirou e contribuiu para a criação da Casa Familiar Rural de Breves, inaugurada em 2012.

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)

Fundada em 1961, a FASE é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, sediada no Rio de Janeiro – RJ. Entre outras regiões atua fortemente na região Amazônica. A missão da FASE é contribuir para a construção de uma sociedade democrática

e atuante em favor de alternativas ao modelo de desenvolvimento vigente, com justiça ambiental e universalização de direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos como condições iniciais para a inclusão de grande parcela da população do país ainda em condições de desigualdade, pobreza e discriminação (FASE, 2016).

Atualmente a FASE não tem ações em desenvolvimento no município de Gurupá e proximidades, mas, ressalte-se que a história dos movimentos sociais da região está vinculada diretamente a esta instituição que desenvolveu vários projetos com diagnósticos socioambientais, assessorias diversas e execução do Projeto Demonstrativo Gurupá no período de 1997 a 2007 (IIEB, 2006; VIEIRA, 2010), tendo sido protagonista junto às comunidades para a criação da RDS.

Conselhos e a Participação Popular

Atualmente existem dez Conselhos Municipais em Gurupá que envolvem setores do poder público e da sociedade civil, porém, segundo relatos nem todos estão em pleno funcionamento. A seguir a lista dos Conselhos oficialmente criados:

- Conselho Municipal de Saúde e Saneamento, Lei Municipal nº 767 de junho de 1993;
- Conselho Municipal de Educação, Lei Municipal nº 795 de junho de 1995, com alterações da Lei 957 de dezembro de 2006;
- Conselho Tutelar Lei Municipal nº759 de 1992;
- Conselho da Criança e do Adolescente Lei Municipal nº 779 de 1994;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente Lei Municipal nº 877 de maio de 2001;

- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) Lei Municipal nº 959 de fevereiro de 2007;
- Conselho Municipal de Política Agrícola e Agrária, Lei Municipal nº749 de janeiro de 1992;
- Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Lei Municipal nº 825 de julho de 1996. Conselho Municipal de Turismo Lei Municipal nº 862 de maio de 1999.

Outro conselho existente em Gurupá é o Conselho Gestor da RDS Itatupã-Baquiá criado pela portaria nº 46, de cinco de junho de 2009. Este Conselho deliberativo conta com dezesseis membros institucionais que representam o poder público, sociedade civil e as comunidades. Presidido por servidor do ICMBio o Conselho tem se reunido duas vezes ao ano.

Universidades

Universidade Federal do Pará (UFPA)

A UFPA tem dois campi nas proximidades da região da RDS Itatupã-Baquiá, que são o Campus Universitário de Bragança e o Campus Universitário do Marajó-Breves. A região de Gurupá já foi, por várias vezes, cenário de suas pesquisas acadêmicas com foco em educação, manejo florestal, vida do campo, entre outros assuntos. Além disso, a UFPA realiza importantes ações com a agricultura familiar, educação ambiental e políticas públicas.

➤ Olhares problematizados para o ontem e o agora da RDS Itatupã-Baquiá

Nossa memória guarda as lembranças de como vivíamos neste lugar e hoje podemos comparar os fatos conforme demonstrado no quadro a seguir:

ANTES DE 2005	AGORA - 2016
Não tínhamos nada, pois as terras não eram legalizadas. A gente não sabia o que era nosso Questão fundiária não resolvida	Sabemos o que é nosso, pois temos o Título da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Questão fundiária resolvida
A terra era dominada pelos “patrões” que nos exploravam, nos escravizavam e ameaçavam nossas vidas, além de destruírem a natureza para se enriquecer sem preocupação com o futuro	Temos um pedacinho de terra, que é nossa e podemos usar, explorar, mas, com a noção de cuidados para hoje e para o futuro. São coisas que floriram na gente – o de cuidar!
Muita exploração	Mudou a forma de explorar para garantir o hoje e o amanhã
As famílias tiravam coisas do próximo	Não tiram mais
Políticas públicas inexistentes	Políticas públicas presentes
Não existia regras para o uso da floresta, da natureza	Temos um Plano de Uso da Reserva (é a nossa lei)
Não sabíamos de muitas coisas, não tínhamos noção da sustentabilidade	Temos muito mais conscientização. Aprendemos a fazer o manejo da floresta
Usávamos o timbó	Não usamos o timbó
Não tínhamos noção de quanto produzíamos de açaí	Começamos a entender isso agora
Sonho de ter as nossas terras legalizadas	Sonho de preservar as terras legalizadas com união e qualidade de vida
Os pais nunca pensavam/sonhavam em ter um filho na universidade	Muitos filhos estão estudando e fazendo universidade (mesmo sendo longe)
As crianças iam para o trabalho	As crianças vão para a escola
As pessoas bebiam água direto do rio	É preciso ferver, tratar com cloro
Tínhamos muitas instituições junto de nós (FASE, AMAZON, IDEFLOR, Sindicato, Natura, outras)	Não temos praticamente nenhuma. Foram embora
Sufríamos muito	Melhoramos muito

➤ Coisas boas que gostamos da RDS Itatupã-Baquiá

Nossa história de vida está aqui neste lugar, por isso, lutamos para criar a RDS, lutamos para proteger e legalizar as nossas terras da onde tiramos o nosso sustento e conservamos para outras gerações.

Aqui tem muitas coisas boas que gostamos, que são nossas potencialidades e fizemos uma lista para destaca-las:

- ❖ O título conquistado! Documento da terra, a legalidade
- ❖ Consideração do nome da RDS – nossa identidade, pois os órgãos do governo sabem quem somos, onde estamos
- ❖ O nome RDS que traz muitas expectativas para as pessoas de fora
- ❖ As organizações da RDS e a própria organização da RDS com sua história
- ❖ A Associação mãe da RDS - Associação de Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Itatupã-Baquiá
- ❖ O Grupo de Mulheres da comunidade de São João do Jaburu e a APROJA, que estão inativos neste momento
- ❖ Açaí abençoado – faz parte da nossa alimentação diária e é fonte de renda das famílias
- ❖ Elaboração do Plano de Manejo
- ❖ O Plano de Uso – para não acabarmos com tudo e deixarmos para nossos filhos, para o futuro. É a nossa lei
- ❖ Redução do estrago ambiental
- ❖ Natureza grandiosa. Ar puro que respiramos. Floresta que nos dá o sustento. Fauna e flora. Igarapés, rios. Camarão, peixe, frutos. Nossa riqueza.
- ❖ Qualidade de vida. Tranquilidade, o contato com a natureza e a harmonia
- ❖ Nossa diversidade!
- ❖ RDS feliz. Isso aqui é único! Conforto. A relação das famílias. Das pessoas!
- ❖ Políticas públicas que chegam na RDS (Bolsa Verde, Merenda regionalizada em algumas escolas, etc.)
- ❖ A luta pelo ensino médio – já é alguma coisa- mas temos muito o que melhorar
- ❖ Visitar as famílias para ajuda-las a cuidar da sua saúde
- ❖ O fato de não termos desastres naturais
- ❖ A luta que gera uma expectativa para nós!

- ❖ Comida é fácil e natural
- ❖ A quentura/o calor
- ❖ Representatividade
- ❖ O trabalho que faz de artesanato.

➤ **Problemas da RDS Itatupã-Baquiá**

Os principais problemas da Reserva foram apontados e dialogados sendo expostos e organizados em temas demonstrados a seguir:

Políticas Públicas (Geral)

- ❖ Políticas públicas não alcançam todos moradores da RDS – pois, muitas políticas que chegam como o Bolsa família, Bolsa Verde, Linhas de Crédito não são permitidas para os funcionários públicos (professores)
- ❖ Tanques de peixes não contemplou a todos – beneficiou apenas alguns que estão à frente da RDS
- ❖ Falta de dinheiro
- ❖ Visão política muito atrasada
- ❖ Dificuldade de acessar as linhas de crédito
- ❖ Saneamento inexistente (sem água tratada, sem esgoto, sem coleta de resíduos sólidos-lixo)

Saúde

- ❖ Postos de saúde precários. Não tem agentes de saúde em todas as comunidades da RDS (alguns por motivos de afastamento médico). Não tem funcionário preparados para atender os pacientes. Não tem medicamentos, soro antiofídico, vacinas. Não abriram vaga para saúde na Prefeitura de Gurupá. Além de

não ter transporte de qualidade para deslocar pacientes até hospitais, a prefeitura não está dando combustível para agentes de saúde visitarem as famílias. Agentes gastam o salário para colocar o combustível nas rabetas São mais de 100 famílias só numa comunidade e é muita coisa para apenas um agente de saúde. Sempre recorremos a Macapá/AP para sermos atendidos em casos de urgências e outros. O estado do Pará nos esqueceu

- ❖ Casos de câncer de estômago, leucemia na região que podem ser resultado de contaminação por mercúrio, embutidos, agrotóxicos

Segurança

- ❖ Vivemos vulneráveis pela falta de segurança ocorrendo vários assaltos e até casos de mortes
- ❖ Uso de rabeta em alta velocidade. Acidentes. Menores pilotando

Educação

- ❖ **Ensino Médio** – Começou em 2012 e ainda não concluímos por vários problemas, como falta de professores, documentação perdida pela secretaria de estado, descaso, etc. Nunca tivemos merenda, livros. Nunca tivemos a ajuda da Prefeitura de Gurupá ou Breves. 85 alunos no ensino médio e apenas 1 professora para tudo. Não temos condições de mandar nossos filhos para estudar na cidade
- ❖ **Escola – infraestrutura incompatível** com as demandas e o número de alunos, impossibilitando o ensino-aprendizagem de qualidade (ausência de quadras poliesportivas, dormitórios para a educação do campo (pedagogia da alternância)

- ❖ **Merenda escolar** é precária na comunidade de São João do Jaburu. Criaram um projeto de merenda com os pais que contribuem. Não acessam o PAA. Quando tem merenda, muitas vezes vem mortadela e outras coisas ruins, coisas que não são da nossa realidade, que não são nutritivas e saudáveis
- ❖ **PRO-JOVEM – modalidade: educação do campo**
O Projeto Político Pedagógico da educação do campo diz que tem uma contribuição financeira ao aluno, mas, até agora não recebemos (1 ano e 5 meses sem receber).
A pedagogia da alternância – não cumprimos porque não tem espaço na escola para dormir.
- ❖ **Outros referentes a educação:**
Analfabetismo na RDS
Famílias que dominam os espaços escolares, que tem vários empregos e outros não tem nada
Sindicato dos professores que não ajudam em nada.

Resíduos Sólidos (Lixo)

- ❖ Ausência de coleta de resíduos sólidos. Destinação inadequada dos resíduos, sendo jogado principalmente nos rios, incluindo o lixo tóxico
- ❖ Pessoas jogam o lixo em qualquer lugar

Gestão do ICMBio

- ❖ Gestão ausente que deixa a RDS defasada, sem fiscalização e com seus Programas parados
- ❖ Conselho Gestor está praticamente parado. Reuniões acontecem de vez em quando apenas para aprovar assuntos

- urgentes. Nunca houve formação/capacitação dos conselheiros. Se a gestão da UC não atuar o Conselho também não atuará
- ❖ Conselheiros que não são remunerados e ainda tem que colocar recursos do próprio bolso pode desmotivar a trabalhar pela RDS
 - ❖ Não temos quem articule ações externas com ongs, universidades, governos (federal, estadual e municipal) para garantir nossos direitos e trazer melhorias para a RDS.
 - ❖ Muitas vezes a própria Associação – ATRAEIB que é do Conselho Gestor da RDS não é atendida pelo gestor do ICMBio.

Fiscalização Ambiental

- ❖ Não existe fiscalização na Reserva, com isso o Plano de Uso não é respeitado pelos próprios moradores, além disso tem outras infrações que acontecem como: Presença de pessoas de fora da RDS, que invadem as áreas para extrair as riquezas (madeira, açaí, peixes, caças, etc.)
- ❖ Serrarias dentro da RDS (jogam moinha e sarrafos no rio)
- ❖ Peixes vendidos ilegalmente. Uso do timbó nos rios.
- ❖ Conflitos por terra
- ❖ Derrubada de árvores

Produção Agroextrativista

- ❖ Estamos nos tornando “Monocultor”, pois nossa produção é praticamente apenas o açaí
- ❖ Atravessadores do açaí que lucram e nos deixam em péssima situação
- ❖ Não temos para quem vender outras coisas/outros produtos, por isso só vendemos o açaí
- ❖ Falta de investimentos em tecnologias e conhecimentos para o manejo florestal adequado

- ❖ Difícil acesso as linhas de crédito para os produtores (burocracia, exigências exageradas, etc)
- ❖ Dificuldades para elaboração dos projetos para acessar as linhas de crédito
- ❖ Em algumas épocas do ano existe uma revoada de pássaros que atacam os açaizeiros da RDS.

Associação - ATRAEIB

- ❖ Não têm reuniões e visitas às comunidades faz muito tempo. Não tem acompanhamento da Associação
- ❖ Alguns moradores só querem participar quando estiver tudo pronto e não ajudam
- ❖ Pessoas não cumprem regras, não participam das reuniões
- ❖ Linhas de crédito – não conseguimos por estarmos inadimplentes
- ❖ Associação não é feita apenas da diretoria é preciso ter associados.

Plano de Uso da Reserva

- ❖ Algumas pessoas não estão cumprindo as regras estabelecidas no Plano de Uso da RDS, estão invadindo as áreas que não são suas para extrair o açaí, madeiras e outras coisas. Demonstram falta de respeito com o outro, falta de consciência com o coletivo, desunião e individualismo. Essas pessoas estão demonstrando que não estão contentes com o que tem e, por isso, vão acabar com as coisas do outro, não se interessando pelo bem de todos
- ❖ Pessoas que não acreditam em leis e por isso descumprem o Plano de Uso da Reserva

Consciência e Informação

- ❖ Falta informação para a comunidade. Falta de trabalhos para melhorar a consciência das pessoas sobre a importância da proteção ambiental. Muita gente que mora dentro da Reserva não sabe o significado de Reserva. Nem todos enxergam a importância da RDS
- ❖ Instituições governamentais e não governamentais, pararam de fazer reuniões e formações com a comunidade

Exclusão/Esquecimento

- ❖ Somos esquecidos – excluídos (lembrados apenas na hora do voto, que é obrigatório). Não achamos quem se interesse em nos ajudar
- ❖ Algumas pessoas estão desacreditadas
- ❖ Fazia muitos anos que não tínhamos ninguém aqui para fazer algum trabalho conosco. Ninguém para nos ouvir, nos apoiar
- ❖ Desenvolvimento social – os governantes não fazem o que deveriam fazer
- ❖ Falta de atenção dos governantes. O município não vem até nós. Ouvimos falar que o município tem recebido recursos e não repassa para nós

Juventudes

- ❖ Jovens desorientados, com autoestima baixa. Eles não são chamados para nada. Venda de bebidas alcoólicas (clandestinamente) para jovens dentro da RDS. Já existe na RDS drogas que estão chegando pelas fronteiras. Juventudes estão devastando a floresta para retirar o açaí para ir às festas beber e se aparecer

- ❖ Tem muitas adolescentes grávidas. Pais e mães que não conversam com seus filhos e filhas para orientações sexuais e outros assuntos. Quem sofre as consequências são as crianças que nascem de pais e mães adolescentes
- ❖ Muitos jovens não sabem várias coisas da realidade local
- ❖ Por falta de oportunidades muitos jovens desistiram de seus sonhos. Não concluem seus estudos por não ter ensino médio na RDS. Êxodo rural por falta de oportunidades

Aumento da População

- ❖ O aumento da população aumenta os problemas. Aumenta a demanda sobre os recursos naturais/sobre a floresta

Necessidades da RDS Itatupã-Baquiá

As necessidades que temos estão relacionadas aos problemas que apresentamos. Com estas necessidades supridas resolveríamos todos os nossos problemas.

Comunidades

- ❖ Temos que dar o exemplo, nossos filhos fazem o que a gente faz. Seguir e respeitar o Plano de Uso – é a nossa lei. Precisamos cuidar da nossa área. Saber que futuramente outras pessoas também usarão este lugar.
- ❖ Que as pessoas de todas as comunidades compreendam que o título da RDS é da Associação e não do morador. No Plano de Uso da RDS está previsto que até 2009 todos deveriam ter suas divisas demarcadas aí então, a Associação poderia dar os

documentos para cada família, portanto, é urgente que se façam as demarcações das terras.

- ❖ Ainda tem pessoas com os olhos vendados, que dizem que até hoje não sabe para que serve a RDS, precisamos trabalhar para mudar isso.

Gestão do ICMBio

- ❖ Presença do gestor da RDS no local com trabalhos de: orientação, educação ambiental, pesquisa, estudos, mobilização, articulação institucional, política e comunitária para melhorar a vida na Reserva e conseqüentemente a proteção ambiental. Fiscalização ambiental. Estimular o Conselho Gestor a atuar na Reserva. Que todos assumam suas responsabilidades e façam sua parte.
- ❖ Precisa ser melhorada a questão do peixe, ter fiscalização (gente que usa ainda hoje o timbó).
- ❖ Estudos científicos para saber o que é mais prejudicial o timbó ou a malhadeira, pois há controvérsias.
- ❖ Estudos para identificar se contaminação por mercúrio.
- ❖ Resolver em conjunto com a ATRAEIB a questão fundiária demarcando as divisas dos moradores da RDS.

Incentivos do Governo

- ❖ O estado precisa olhar para nós. É preciso trazer os políticos na RDS para que conheçam os nossos problemas e ajudem a melhorar.
- ❖ Incentivos, apoio, suporte do governo para termos outras maneiras de trabalhar, como sítio (cultivo de várias coisas) para não precisarmos destruir a floresta. Incentivos

governamentais (de todas as esferas) para conseguirmos as melhorias nas condições das famílias. Olhar para o entorno da RDS. Descobrir outras técnicas para sobreviver (hoje só vivemos basicamente do açaí)

- ❖ Facilitação de linhas de crédito, como PRONAF por exemplo.
- ❖ Projetistas para elaborar os projetos nas linhas de crédito ofertadas e buscar outras fontes
- ❖ Incentivo à agricultura, ao pequeno produtor, verificar quanto geramos de impostos para o governo para comprovar os benefícios que devolvemos a todos.
- ❖ Precisamos avançar em nossa pequena indústria de beneficiamento dos nossos produtos. Agregar valor aos nossos produtos.
- ❖ Telefone

Saúde

- ❖ Precisamos de saúde de qualidade, com Postos de Saúdes equipados, medicamentos, vacinas, soro, funcionários capacitados e médicos. Transporte seguro e com combustível. Prefeitura precisa dar suporte e condições para melhorar a saúde

Organização Comunitária e Institucional

- ❖ Reuniões, espaços de diálogos, trocas, compartilhar, reflexões nas comunidades, entre elas, com elas, com Associação e com a gestão da Unidade de Conservação
- ❖ Juntar/organizar a comunidade e trazer as autoridades para olhar a RDS

- ❖ Restituir e fortalecer o Grupo das Mulheres da Comunidade de São João de Jaburu que já foi forte um dia e se dispersou por diversos problemas. A partir deste Grupo de Mulheres criar um Grupo de Mulheres de toda a Reserva (envolvendo as demais comunidades).

Educação

- ❖ **Educação de qualidade e continuada**- Ensino médio (Aperfeiçoar o ensino médio). Universidade. Colocar professores/capacitados daqui mesmo nas escolas. Temos professores com pós-graduação que precisam estar nas escolas
- ❖ Formar nossos jovens na própria RDS para termos engenheiros, médicos, etc., que fiquem aqui e olhem para nós
- ❖ Cursos profissionalizantes, cursos técnicos: empreendedorismo, manejo florestal, educação ambiental, gestão, etc. PRONATEC.
- ❖ **Construção de uma escola de qualidade** – que tenha espaço digno; Infraestrutura adequada às necessidades da prática do ensino-aprendizagem, com salas de aula compatíveis com o número de alunos, quadras poliesportivas, bibliotecas, cozinha, espaço de acolhimento para dormir/dormitórios para uso na pedagogia da alternância, espaço para informática. Gerador. Radio/telefone.
- ❖ **Merenda Escolar** - Garantia de merenda regionalizada de qualidade em todas as escolas. Acesso ao PAA por todas as escolas. O governo Federal garante recursos por aluno para terem a merenda. Para termos a merenda tem que ser levado em consideração o tempo de espera da merenda, pois nosso estomago não espera. O aluno sai de casa às 05h da madrugada para chegar na escola as 08h e fica até as 15h15, isso implica em almoçar, no entanto isso não é levado em consideração. É preciso considerar vários fatores da merenda, como, logística dos

fornecedores (estrago de comida). Os movimentos sociais fizeram uma grande pressão para estarem dentro do Conselho Municipal da Merenda, mas, não é fácil fazer o enfrentamento. Aviário – projeto que gostaríamos de fazer para ajudar na merenda. É preciso que as famílias se envolvam com a escola, com a resolução dos problemas da merenda. Cada um precisa assumir sua parte de responsabilidade.

Capacitação / Educação Ambiental

- ❖ Diálogos para que todos aprendam a respeitar as coisas do outro. Conversas, diálogos para esclarecer sobre o Plano de Uso, sobre o que é a RDS. As pessoas precisam compreender o significado da RDS (o que é, para que serve, como tem que ser). Esclarecer para todos das comunidades, indo de casa em casa, chegar nas pessoas com linguagem apropriada. Ter um trabalho intenso de conscientização sobre o manejo florestal, lixo nos rios, etc.
- ❖ Precisamos de capacitação em diversos assuntos. Cursos para mulheres e outros públicos, como professores, barqueiros, etc. Cursos técnicos, profissionalizantes e outros. Cursos para as comunidades se mobilizarem e melhorarem juntos a vida na RDS. Cursos para elaboração de projetos e outros temas.
- ❖ Organização das comunidades, fortalecer as Mulheres.
- ❖ Produção de materiais didáticos destinados a todas as faixas etárias. Ter materiais didáticos nas escolas a partir da realidade que vivemos
- ❖ É preciso que as escolas (professores/professoras) trabalhem com os estudantes e toda comunidade escolar, tendo a RDS de forma transversal, interdisciplinar, dialógica.
- ❖ As escolas precisam trabalhar o tema meio ambiente, sensibilização sobre a RDS dentro e fora das escolas

- ❖ Que sempre venha alguém para nossa RDS fazer entrevistas, pesquisas, pois isso fortalece a comunidade – afinal, somos esquecidos. Mas, que tenhamos um retorno, uma devolutiva, benefícios com as pesquisas e estudos
- ❖ Precisamos de conhecimento e tecnologia para usarmos as riquezas naturais que temos de forma adequada

Segurança

- ❖ Presença no delegado na RDS para apresentar sua proposta de combate a violência que vem aumentando na região. Fazer articulações com a delegacia de Santana-AP, visto que os criminosos que estão atacando as pessoas, barcos e moradias na RDS são provenientes do referido município.
- ❖ Dar atenção e cuidar do uso de drogas antes que a situação piore. Chamar o Conselho Tutelar para ter ações efetivas quanto aos casos de crianças/adolescentes que estão usando bebidas alcoólicas e drogas em festas e outros lugares

Juventudes

- ❖ Precisam de orientação, de capacitação, ser envolvidos. É preciso ir de casa em casa para chamar este jovem para participar na comunidade e fazer outras coisas. Tem que ter palestras, cursos interessantes para juntar todos estes jovens e dar compromissos a eles. Fazer encontros que fortaleçam estes jovens. Tem que ter coisas alegres para chamar a atenção deles. Criar espaços e momentos para trocarem ideias, experiências, coisas boas e ruins
- ❖ É preciso mobilizar, mas, precisa também os pais conversarem e ter pulso firme

Políticas Públicas

- ❖ Precisamos de muitas políticas públicas para fazer a diferença e avançarmos como RDS. Políticas públicas de saneamento ambiental, saúde, educação, moradia digna, energia e etc.
- ❖ Precisamos de investimentos
- ❖ É preciso acabar com a desigualdade entre sul/sudeste e norte. Amazônia precisa ser valorizada, já que todos têm interesse muito grande pelas nossas riquezas, todos precisam ajudar
- ❖ Construir o Plano de Resíduos Sólidos da RDS, do município e do estado

Bolsa Verde/Bolsa Família

- ❖ Precisamos receber os benefícios (bolsa verde e família), independente de sermos funcionários públicos/professores. Projetos do governo tem que atender a todos da RDS. Nós funcionários públicos da região rural, pedimos que tenhamos participação dos direitos e deveres dos programas nacionais em que a RDS seja beneficiada, como por exemplo, o Bolsa Verde e também outros como, por um exemplo, a linha de crédito do PRONAF. Precisamos que sejam feitas alterações nas emendas das leis nacionais que tratam destes benefícios/programas para que todos sejam incluídos.
- ❖ É importante ser dialogado com os beneficiários os motivos de receberem este importante benefício. As pessoas precisam entender porque recebem.
- ❖ Estes programas sobrecarregam o ICMBio que fica responsável no local por resolver todas as questões quem relativas aos benefícios.

➤ **Diálogos e aspectos gerais sobre a nossa realidade**

Associação Mãe – Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Itatupã e Baquiá (ATRAEIB)

- ❖ É preciso que as pessoas/comunidades compreendam que o título da RDS é da Associação e não do morador. O documento da RDS comprova que existimos, que moramos aqui, que esta terra não é devoluta, não é das empresas
- ❖ A terra é da Associação, então, precisamos participar da Associação e ajudar o coletivo para um dia cada proprietário tenha o documento em seu nome
- ❖ As pessoas não participam das reuniões da RDS e aí não ficam sabendo das informações necessárias para melhorar suas vidas e nossas comunidades
- ❖ Algumas pessoas dizem que só vão pagar a Associação se ver as coisas acontecendo, mas, para as coisas acontecerem é preciso antes pagar a Associação para que ela tenha o mínimo de condições para executar ações fortalecedoras da RDS
- ❖ Como pessoas que não são/estão associadas a Associação Mãe da RDS podem cobrar ações desta Associação? Como exige prestação de contas de uma coisa que nunca pagou, nunca contribuiu?
- ❖ Para eu cobrar alguma coisa tenho que ter saldo! Vou cobrar, mas, tenho que ter saldo positivo
- ❖ Se não existir sócio não existe Associação. Para ela funcionar deve existir sócios
- ❖ É importante que todos entendam que a Associação tem despesas e sem associados pagantes não conseguirá realizar as ações em benefício da RDS. Para se articular, para fazer as reuniões tem despesas e se não aparece nenhum dirigente, estamos desperdiçando recursos

- ❖ É pouca gente para colaborar e muitos para cobrar
- ❖ O plano de uso da RDS foi elaborado com as comunidades, representantes sentaram, conversaram e chegaram no acordo, agora todos precisam respeitar e cumprir o que foi combinado
- ❖ A comunidade escolar precisa participar da Associação

Grupo de Mulheres

- ❖ Existia um Grupo de Mulheres na Comunidade de São João do Jaburu na Reserva. O Grupo era formado por 25 mulheres e nos reuníamos todo domingo. O Grupo funcionou até 2014
- ❖ Este grupo era um sonho que tínhamos e conseguimos que ele funcionasse durante um bom tempo
- ❖ Tivemos capacitação para nos fortalecer e aprender a fazer várias coisas. Fomos para Manaus, e outros lugares conhecer outras realidades e aprimorar o nosso trabalho
- ❖ Tivemos um importante encontro de mulheres em Gurupá/PA. Foi muito bom!
- ❖ Produzíamos artesanatos (sabonetes e velas), óleos de andiroba e outras coisas
- ❖ Conseguimos ganhar dinheiro
- ❖ As reuniões foram diminuindo, uma das lideranças das mulheres foi embora para Gurupá e o grupo foi se enfraquecendo
- ❖ Temos vergonha de tudo ter acabado
- ❖ Precisamos reunir novamente essas mulheres e tentar de novo que o Grupo continue. Mas, as mulheres precisam assumir responsabilidades coletivas, não deixar apenas para uma ou outra, tem que ser de todas
- ❖ Precisamos de cursos, de pessoas que nos ajudem a voltar com o Grupo

As Escolas da RDS Itatupã-Baquiá

- ❖ Tem que ter Ensino Médio aqui na RDS, senão vamos trocar a cultura daqui pela cultura da cidade, ou seja, os nossos jovens vão para fora da RDS (da região) e lá aprendem uma nova cultura e não voltam para sua região. O êxodo rural está vinculado a ausência do ensino médio na RDS. Por isso a luta tem que continuar para avançarmos. Precisamos também do ensino superior.
- ❖ A grade curricular que chega para a escola executar não propicia o trabalho da realidade em sala de aula. É difícil pois vem regras de fora (da prefeitura, do estado e do MEC) e aí somos obrigados a cumprir e prestar contas disso.
- ❖ Não trabalhamos a RDS de forma direta, só indiretamente, ou seja, falamos de meio ambiente, lixo, água. A escola não trabalha a questão da RDS diretamente porque nós professores não temos informações. É preciso trabalhar as questões da RDS sem linguajar técnico e sim do cotidiano.
- ❖ Teremos a semana do meio ambiente e vamos trazer a questão de saúde preventiva. Já fizemos muitas palestras na escola, sempre chamando convidados, pois, para nós é difícil. Envolvemos muita gente na escola para trabalhar sobre o tema lixo e melhorou um pouco.
- ❖ A educação ambiental (EA) em Gurupá é uma disciplina. Ela chegou como disciplina nas escolas sem nenhum material de apoio, sem que tenhamos formação básica sobre educação ambiental, sobre como trabalhar e assim vamos fazendo as coisas sem saber se é o melhor.
- ❖ A interdisciplinaridade está apenas no papel, a realidade é bem diferente, é cada um na sua caixinha.

- ❖ Não existe diálogo entre as escolas das 7 comunidades da RDS, nunca nos reunimos para dialogar, compartilhar experiências, não existe espaços de trocas e propostas.
- ❖ Somos (4) cientistas sociais aqui na escola (São Joao Jaburu) e não estamos trabalhando na nossa área de conhecimento. Precisamos retribuir nossos conhecimentos.
- ❖ Falta planejamento, por exemplo, distribuir computadores em escolas que não tem os profissionais capacitados para usar
- ❖ Nos afastamos dos assuntos sobre a Reserva por sermos professores e não termos direito a nada da RDS, porem ao sermos contra argumentados por uma liderança dizendo que a RDS dá tudo a todos, dá o alimento, casa, a nossa história e toda nossa criação aqui, estamos refletindo melhor sobre isso. É bom contribuir para recebermos mais. Precisamos ser parceiros da RDS.

O que cultivamos – nossa Agricultura Familiar

- ❖ Tudo para subsistência – praticamente só vedemos o açaí.
- ❖ Nossas produções: Banana, milho, macaxeira, limoeiro, cupu, arroz, feijão, melancia, batata, açaí, cana, laranjeira, coqueiro, graviola.
- ❖ Alguns terrenos não oferecem condições boas para plantar, estamos em terrenos muito alagados (várzea), então fazemos o manejo do açaí.
- ❖ O óleo dá mais lucro que vender a semente, porém a dificuldade é a venda do óleo. A semente é bem mais fácil, tem comprador garantido. Tem os atravessadores.
- ❖ O açaí traz uma boa renda, mas, não é suficiente. Acaba a safra do açaí, acaba a nossa renda.

- ❖ Estamos virando monocultor, pois só produzimos o açaí e temos diversas coisas que poderíamos produzir. Ficamos dependentes apenas do açaí e poderíamos investir em outros produtos.
- ❖ A gente plantando não precisa comprar, mas, tem gente que não faz isso.

❖ MARCO CONCEITUAL

O marco conceitual deste PPP é compreendido como aquilo que representa os nossos valores, princípios, objetivos, saberes e sonhos. É aquilo que nos mobiliza, que nos põe em ação no lugar em que vivemos em sociedade. São os nossos sentimentos e significados que damos às coisas, são as nossas leis e as nossas regras.

➤ **A origem das coisas e o PPP da RDS Itatupã-Baquiá**

Curiosidade, inquietações e muitas dúvidas surgiram quando fomos convidados a construir um Projeto Político Pedagógico para a Reserva Itatupã-Baquiá.

Primeiro pensamos: Por que o Ministério do Meio Ambiente veio nos convidar para fazer um projeto político pedagógico, quais as origens deste trabalho?

Segundo: Isso não é coisa de escola?

Foi então que fizemos vários questionamentos na intenção de entender os motivos dessa construção, que mesmo antes de descobrirmos as origens já estávamos gostando de nos envolver. E aí que, entre tantas descobertas, percebemos que estávamos aprendendo ao mesmo tempo em que estávamos ensinando.

Descobrimos que o Ministério do Meio Ambiente se juntou com o ICMBio para trazer à RDS a política pública de educação ambiental.

A educação ambiental está prevista na Constituição Federal de 1988, que diz em seu artigo 225 que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à

coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. ”

Diante deste importante artigo da Constituição, a mesma definiu em seu, capítulo VI que “para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público, entre outras providências, promover a EA em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. ”

Porém, depois da Constituição Federal somente em 1999 que a educação ambiental foi regulamentada por meio da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) instituída pela Lei Federal 9795 de 29 de abril, sendo fruto da história do movimento ambientalista, dos educadores e educadoras ambientais do país que estavam engajados nesta luta desde a década de 1970.

A PNEA definiu “os seus princípios básicos dentre os quais se destacam o enfoque democrático e participativo, uma concepção totalizante de ambiente e a garantia de continuidade e permanência do processo educativo.” (MMA, 2006, p.5)

A partir da Política Nacional de Educação Ambiental foi possível elaborar o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) que tem como “missão contribuir para a construção de sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes em todo o Brasil” (MMA, 2014).

Neste momento nos identificamos muito com este Programa, pois, a felicidade é uma coisa que todos nós desejamos sentir e viver.

Para nós felicidade é a comunidade, a floresta, o açaí, o conjunto que a natureza oferece. Mesmo com o sonho já realizado de criar a RDS Itatupã-Baquiá, continuamos sonhando, agora com outras coisas que precisamos para sermos felizes. Viver feliz é ver a comunidade

unida, ter confiança de deixar a casa aberta, ter ar puro, saúde, educação e respeito entre todos.

Mas, precisamos saber também o que significa sociedades sustentáveis que o Programa Nacional de Educação Ambiental está dizendo?

Uma das bases da PNEA é o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, elaborado por educadores ambientais dos movimentos socioambientais de diversos países durante o Fórum Global, evento paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO 92.

Segundo o pesquisador Carlos Diegues (2003) sociedades ou comunidades sustentáveis significa a possibilidade de cada uma delas definir seus padrões de produção e consumo, assim como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e de seu ambiente natural.

Em 2012 durante a 2ª Jornada Internacional de Educação Ambiental Rio+20 na transição para Sociedades Sustentáveis foi elaborada a Carta aberta de educadoras e educadores por um mundo justo e feliz!

Nesta carta afirmou-se que Sociedades Sustentáveis são constituídas de cidadãos e cidadãs educadas ambientalmente em suas comunidades, decidindo cada passo para a construção de um outro mundo possível, representa que cada comunidade humana se sinta comprometida, incluída e ativa no compartilhamento da abundância das riquezas e da Vida no nosso Planeta (MMA, 2014)

Diante do sonho de construir sociedades sustentáveis com pessoas atuantes e felizes o Departamento de Educação Ambiental do

Ministério do Meio Ambiente é um dos órgãos do governo federal responsável por formular e desenvolver políticas públicas de EA que contribuam para o alcance dessa árdua missão que foi colocada no ProNEA.

Deste modo, desde 2004 o DEA/MMA vem desenvolvendo várias políticas públicas de EA e em 2012 criou o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar- PEAAF, que tem entre seus objetivos gerais “fomentar processos educacionais críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização social” (BRASIL, 2012)

O PEAAF é destinado às pessoas envolvidas com a agricultura familiar, como os agricultores (as) e agentes que trabalham diretamente com este segmento da população. O Programa visa o desenvolvimento de ações educativas que busquem a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural (MMA, 2015, p.7).

A criação do PEAAF indica um olhar especial para a agricultura familiar devido a questão agrícola estar relacionada diretamente aos aspectos sociais, políticos, econômicos, ecológicos, históricos e culturais, sendo a educação ambiental capaz de promover a articulação e diálogo entre todos eles.

De acordo com Altieri (2008, p.109) “a agricultura camponesa em todo o mundo está passando por um processo de empobrecimento sistemático, pois as populações aumentaram, as propriedades rurais estão ficando menores, o ambiente está se degradando e a produção de alimentos estagnou ou está diminuindo”.

As relações socioambientais existentes nas comunidades tradicionais, como as agroextrativistas, estão vinculadas diretamente

à conservação e proteção dos recursos naturais, numa relação de interdependência, de sustentabilidade das famílias e da natureza.

“As agriculturas familiares geralmente utilizam melhor os recursos como biodiversidade, solos, água, luz solar, conhecimentos locais, entre outros, apresentando a possibilidade de melhorar a produtividade e incrementar os serviços ecológicos e socioeconômicos desempenhados pela prática agrícolas” (Gavioli, 2011. p 2).

A educação ambiental tem muito a contribuir, a partir de processos participativos estratégicos, políticos e pedagógicos, auxiliando na produção de práticas sustentáveis e agroecológicas, aliando tradições às novas tecnologias, formando cidadãs e cidadãos conectados planetariamente por ações comunitárias que superam os problemas locais, que ampliam a geração de renda e melhoram as condições de vida.

Para que o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar seja implementado é feita a articulação de instituições governamentais e não-governamentais nos territórios e coletivamente constroem estratégias de enfrentamento da problemática socioambiental.

Em 2013 o DEA/MMA se articulou com várias instituições do Pará, resultando na criação do PEAAF neste estado. Foi elaborado um Projeto Político Pedagógico de Educação Ambiental e Agricultura Familiar do Pará, sendo firmado o compromisso de implementação pelo governo estadual, junto com um Comitê Gestor que se formou durante o processo de elaboração do PPP.

Além do PEAAF, que se atenta para as comunidades rurais do país com seus agricultores familiares e populações tradicionais, existe o Programa de Apoio à Conservação Ambiental, conhecido como “Bolsa Verde”, instituído pela Lei Federal nº 12.512 de 14 de outubro de 2011, sendo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, Ministério do

Desenvolvimento Agrário e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Programa Bolsa Verde tem entre seus objetivos “promover a cidadania, a melhoria das condições de vida e a elevação da renda da população em situação de extrema pobreza”, bem como, “incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação ambiental, social, educacional, técnica e profissional” (Lei 12.512, 2011).

Dentre os beneficiários do Programa Bolsa Verde estão famílias moradoras de Unidades de Conservação de categorias: Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável.

Em 2005 aconteceu uma grande parceria entre o DEA/MMA e o ICMBio, gerando a ENCEA - Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

A ENCEA tem o propósito de desenvolver “processos inclusivos e fortalecimento da cidadania, proporcionados por espaços e meios de comunicação e participação que desencadeiam a tomada de decisão de forma democrática envolvendo todos os atores interessados na gestão da biodiversidade” (MMA e ICMBio, 2015).

Desta forma, é que o Ministério do Meio Ambiente chegou até a RDS Itatupã-Baquiá, unindo forças, objetivos, estratégias numa parceria para a construção do Projeto Político Pedagógico desta Unidade de Conservação de Uso Sustentável e características tão especiais.

Políticas públicas exigem muitos diálogos, construção coletiva, participação, articulações e responsabilidades compartilhadas unindo governos, setores da sociedade e comunidades com seus anseios e

relações socioambientais, a fim de expandir as possibilidades de construção de sociedades sustentáveis.

Trazemos aqui este histórico e algumas explicações para que todos nós envolvidos neste processo de construção do PPP da RDS Itatupã-Baquiá e aqueles e aquelas que ainda vão se envolver, possam conhecer e dialogar sobre as origens deste trabalho ampliando e integrando os diversos saberes existentes.

Mas, é preciso ainda falarmos sobre o porquê de um Projeto Político Pedagógico na RDS, já que normalmente isto é um trabalho feito em escolas.

Nossa compreensão dos motivos da construção do PPP veio aos poucos, quando começamos a dialogar neste processo que provocou a reflexão e muitos olhares para o que fazemos em nosso cotidiano.

Descobrimos que existem diversos projetos e políticas públicas de educação ambiental no Brasil que utilizam a construção de PPP como estratégia para desenvolver processos educadores transformadores em diferentes espaços, sejam eles escolares ou não escolares. Nos surpreendemos ao saber que municípios, estados, movimentos sociais, grupos de estudos, instituições e até o próprio MMA elaborou o seu Projeto Político Pedagógico de educação ambiental e capacitação.

Sabemos que no PPP do MMA existe uma diretriz operacional para que as Unidades de Conservação elaborem seu próprio projeto político pedagógico, sendo que a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá/PA e a Floresta Nacional de Tefé – AM são as primeiras unidades federais a elaborarem o seu o que nos dá mais responsabilidades para fazer um trabalho exemplar.

Portanto, consideramos que nossas curiosidades e questionamentos iniciais nos ajudaram a compreender que os espaços

onde vivemos têm grande potencial pedagógico com a possibilidade do nosso próprio aprendizado, mas, também para ensinarmos, num movimento que é interno e externo.

➤ **Os significados que damos ao PPP da RDS Itatupã-Baquiá**

Projeto Político Pedagógico é um processo educador?

Se é educador vai ser bom para a nossa comunidade e para a nossa Reserva.

Queremos entender estas três palavras (Projeto Político Pedagógico), porque só de começar a conversa sobre a realização deste projeto em nossa comunidade já começamos a sonhar coletivo.

Neste PPP, entendemos que projeto significa enxergar o futuro, saber o rumo que queremos seguir, os pactos que vamos fazer para melhorar a nossa vida. O político significa a comunidade articulada, o coletivo, as relações existentes dentro da comunidade e da comunidade com outros que estão fora da Reserva. É também a cidadania, as escolhas que fazemos e os compromissos que assumimos. Nós não somos neutros, temos as nossas preferências. O pedagógico se refere ao ensino e a aprendizagem que existe na Reserva; todos nós aprendemos e também ensinamos. O pedagógico está relacionado às experiências que compartilhamos; aos espaços de diálogos sobre as ideias e diferentes saberes, são as estratégias e atividades organizadas para alcançarmos os sonhos dentro daquilo que escolhemos fazer.

Há muitos anos que Projeto Político Pedagógico tem sido uma construção das escolas e demais instituições de ensino, por isso, é um

assunto muito comum, principalmente entre professores e pesquisadores da área de educação.

A pesquisadora Ilma Veiga (1996), por um exemplo, diz que “político e pedagógico têm, uma significação inseparável. Nesse sentido é que se deve considerar o projeto político-pedagógico como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas, na busca de alternativas viáveis à realização das intenções existentes” (p.02).

Vasconcellos (2006), afirma que o processo desenvolvido na elaboração de um PPP pode “fortalecer o grupo para enfrentar conflitos, contradições e pressões e avançar na autonomia e na criatividade para inventar soluções” (p.21).

Com este entendimento que construímos sobre um PPP, sabemos que precisamos nos envolver em sua elaboração que deve ser participativa para que as mudanças desejadas aconteçam.

Este PPP despertou em nós o olhar político-pedagógico para a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá ampliando nosso horizonte sobre o que pensamos e fazemos em nosso dia a dia.

É pedagógico recordar, refletir e dialogar sobre a nossa história de conquistas destas terras da RDS, de luta contra os patrões que nos oprimiam e devastavam a floresta para se enriquecer às custas da exploração do nosso trabalho.

São muitos aprendizados que podemos contar desta história que construímos até chegar nos dias atuais, entre elas podemos destacar o desafio de enfrentar o poder dominante, a negociação dos conflitos vividos, a organização sindical e comunitária.

O PPP fortalece a nossa Reserva, o nosso povo, as nossas relações, pois, é a primeira vez que temos a oportunidade de escrever a nossa história dizendo o que pensamos, o que sentimos e como vivemos aqui na Amazônia, dá potência só de imaginar que outros saberão da nossa existência e luta.

Neste sentido, vamos registrar aqui neste marco conceitual do PPP da Reserva o filósofo Boaventura de Sousa Santos (2002), que em sua obra sobre “Sociologia das Ausências” traz a importância de preencher os espaços que ficaram vazios na história contada por outros, “ampliando o presente juntando ao real o que dele foi subtraído” (p. 256).

Streck (2006b, p. 3), numa análise sobre as práticas educativas e os movimentos sociais na América Latina, comenta sobre “a luta silenciosa pela terra, pelo respeito de identidades, por direitos de cidadania que hoje passa a ser ouvida e vista”.

Temos um aprendizado ao trazer constantemente para a discussão e registro a nossa identidade, que é fruto dos nossos antepassados, fruto da luta dos movimentos sociais, que teve o Sindicato (STR), a Igreja Católica e a FASE, como protagonistas na resistência e enfrentamento aos patrões.

A identidade desta Reserva está na conquista e garantia do direito a posse da terra, está na história que construímos neste lugar, na memória com as nossas lideranças antigas que não se encontram mais entre nós, mas, também aquelas antigas ainda presentes como o Senhor João Gama, Codó, Pedro Tapuru e Chico Sarapó que estimulam novas lideranças como o Palheta, por exemplo.

Nós, os moradores da RDS, somos parte dessa identidade que é feita com o acolhimento, solidariedade e relações que temos uns com

os outros, onde nos conhecemos e temos laços de amizade para nos fortalecer.

Não podemos deixar de fora desta identidade a floresta, com sua rica biodiversidade, os diversos rios com seus peixes e camarões, todo o ecossistema que tem várzea alta, várzea baixa e igapó que nos dá o ar puro e nos faz caminhar no regime das marés.

O açaí alimentando o povo que vive unido e feliz, organizado em comunidades e associações, com a memória das conquistas que vieram para proteger as riquezas da natureza e a vida das pessoas numa Reserva Sustentável é o resumo da identidade dessa RDS.

Pensar e dialogar sobre identidade, sobre os nossos problemas, coisas boas e ações do dia a dia está fazendo a gente aprender muita coisa. Entendemos que um PPP deve estar em nossa mente e coração.

O processo de construção deste PPP fez as comunidades da RDS e as instituições, que se relacionam com ela, se reunirem para dialogar, refletir, avaliar suas ações, e agora os resultados deste Projeto podem ser utilizados, também, como um importante material didático para todos nós, até mesmo dentro das escolas que hoje carecem de materiais sobre a nossa realidade. Os resultados podem orientar até a execução do Plano de Manejo da RDS, além disso, este PPP pode ser referência para outras Unidades de Conservação do Brasil.

Já que até aqui falamos de processo e resultados, destacamos que o PPP precisa ser entendido como algo vivo que está em constante discussão e renovação. A sua construção e os seus resultados estão inteiramente ligados.

Este PPP é inacabado e sempre precisará colocar as pessoas em movimento para que olhem em sua volta, dialoguem e mudem o que

for preciso, num comprometimento de todos pela melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade da Reserva.

Ilma Veiga (2000), diz que “não podemos separar o processo de elaboração do PPP do seu produto criado, pois o Projeto Político Pedagógico é um meio de engajamento coletivo para integrar ações dispersas, criar sinergias e alternativas, desenvolver o sentimento de pertencimento, fortalecer a construção de uma coerência comum que é indispensável para que a ação coletiva produza seus efeitos” (p.276).

Deste modo, a RDS elaborou um PPP que envolve as bases, traz as diferentes vozes, integra os saberes diversificados, sem esconder nossas dificuldades, sem perder as esperanças. Este PPP significa que é aquilo que fazemos, que pensamos e desejamos ser, ele é vida, sou eu, é você, todos nós que buscamos cuidar bem deste lugar para vivermos em harmonia com a natureza hoje e amanhã.

➤ **Sonhos para a RDS Itatupã-Baquiá**

“Ai daqueles que pararem com sua capacidade de sonhar, de invejar sua coragem de anunciar e denunciar. Ai daqueles que, em lugar de visitar de vez em quando o amanhã pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e o agora, se atrelarem a um passado de exploração e de rotina” (Paulo Freire).

Temos a capacidade de sonhar e estes nossos sonhos vão nos ajudar a caminhar, a nos movimentar e propor alternativas para os problemas que enfrentamos.

O PPP nos estimula a sonhar e faz isto sem perder de vista a necessidade técnica-pedagógica de nos organizarmos, de planejarmos,

de olharmos criticamente para o dia a dia em busca da transformação daquilo que nos oprime.

“Se é verdade que o sonho sem técnica é impotente, verdade é também que a técnica sem o sonho é burra” (ALVES, 2014, p. 145).

Apresentamos a seguir uma lista de sonhos organizados em grandes temas para a nossa Reserva:

Consciência / Felicidade / União / Paz

- ❖ Que a RDS seja respeitada, viva em paz!
- ❖ Queremos ver todo este povo bem, vivendo em harmonia, com dignidade, união, sem brigas, felizes, usufruindo sem danificar aquilo que é de hoje e das futuras gerações.
- ❖ Ter melhores condições de vida com o conforto necessário.
- ❖ Ver as pessoas conscientes de que isso é da gente.

Conservação / Preservação / Proteção

- ❖ Que não tiremos nenhuma árvore. Que não precisemos explorar a natureza. Rios sem poluição com peixes e camarão. Ver a floresta intacta.

Produção / Cadeia Produtiva

- ❖ Linhas de crédito facilitadas, envolvendo o entorno da RDS, com crédito profissionalizante aos trabalhadores rurais.
- ❖ Que cada comunidade da RDS tenha sua máquina de polpa.
- ❖ Processar nossos alimentos/industrializar para agregar valores e vender nossos produtos com maior lucro.
- ❖ Que as cooperativas ajudem na venda dos nossos produtos. Nossos produtos valorizados para lucrarmos mais.
- ❖ Fazer viveiro de peixes e criação de porco.

- ❖ Utilizarmos nossa agricultura para alimentarmos a RDS e toda região e não trazer produtos de fora. Produção saudável, sem agrotóxico.

Políticas Públicas

- ❖ Políticas públicas para todos. Acessarmos nossos direitos, que são direitos universais à: saúde, saneamento básico, água potável, educação, segurança, moradia digna, luz.
- ❖ Moradia digna para viverem tranquilos. Minha casa, Minha Vida na área rural/área ribeirinha.
- ❖ Luz para todos (facilitar o projeto que está no Banco da Amazônia).
- ❖ Programas e Projetos para a RDS que incluam todos, até o entorno da Reserva.
- ❖ Que nós funcionários públicos da região rural, tenhamos participação dos direitos e deveres dos Programas Nacionais em que a RDS é beneficiada (linha de crédito – PRONAF). Que tenha mudanças de emendas nas Leis do Congresso Nacional.

Gestão do ICMBio

- ❖ Ter um gestor presente que ajude a melhorar a RDS, que converse com a gente, que fiscalize, que faça a gestão para resolver os problemas.
- ❖ Ter o Plano de Manejo publicado oficialmente para valorizar nossos produtos e vivermos dentro da legalidade exigida. Que aquilo que está no papel para a RDS seja concretizado.

Educação / Escola

- ❖ Educação de qualidade e continuada.
- ❖ Que tenha ensino médio de qualidade na própria RDS (que as pessoas concluam o ensino médio).

- ❖ Escolas estruturadas, equipadas. Ver a escola bem organizada, com lugar apropriado para os alunos (quadra poliesportiva que já está aprovada a espera de recursos).
- ❖ Escola técnica/profissionalizante.
- ❖ Que tenha uma universidade na RDS ou bem próxima a ela. Isso é muito importante para que ajude as pessoas a continuarem aqui. Pessoas da comunidade formadas para ajudarem a RDS em diversas áreas (saúde, manejo florestal, educação, etc.)

Outros

- ❖ Ver o Grupo das Mulheres se reconstituir e voltar a funcionar.
- ❖ Ver a Amazônia melhor com sua natureza e povo valorizados!
- ❖ Ver um Brasil honesto sem esta turbulência que está acontecendo.

➤ **A sociedade que queremos, a Reserva que vivemos: conceitos e valores**

O PPP da RDS Itatupã-Baquiá sendo vida, sendo cotidiano das famílias e comunidades que na Reserva vivem, registra aqui alguns conceitos valorosos para nosso aprendizado e que precisam ser dialogados e aprofundados para que sejam fortalecidos em nossas ações.

O conceito não está separado da prática e os nossos pensamentos na RDS não estão separados das comunidades, por isso, começamos a dizer que comunidade é uma vida em articulação e comunicação com interesses em comum para o bem de todos.

Sendo um grupo de pessoas que vive em comum, na comunidade precisa ser exercitado o respeito diário com o outro, pois, aquilo que eu quero para mim tem que ser o mesmo para o outro, cuidando para evitar conflitos.

Como disse Brandão (2005, p.51), em comunidade, somos responsáveis pelo cuidado do que é por direito nosso, de todas e de todos nós, e que partilhamos em comum, comunitariamente. Nós somos os gestores da natureza.

Uma comunidade assume seus problemas como responsáveis na busca coletiva por soluções e para isso é preciso muita conversa, mas, se não fizermos reuniões, se não tivermos espaços de diálogos, como é que vamos ter participação, refletir e resolver juntos as nossas dificuldades?

Esta é uma avaliação que o PPP nos provocou, fazendo o nosso olhar se voltar para refletir sobre como estamos agindo enquanto este conceito de comunidade tem aí mais uma lição aprendida para melhorarmos nossas práticas.

Vivemos na RDS e aqui queremos continuar vivendo, aqui é o nosso lugar, da onde tiramos o nosso sustento, lugar onde temos laços históricos, laços de família, de amizade, de amor e cuidados com a natureza, da qual somos dependentes.

Viver na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Itatupã-Baquiá significa a realização de um sonho, a vitória das comunidades, do sindicato, dos movimentos sociais, do povo.

E para continuarmos a sonhar e realizar nossos sonhos é importante pensarmos e dialogarmos sobre que RDS queremos para viver. Sabemos que precisamos estar fortalecidos para viver neste mundo, pois, não estamos isolados.

Fazemos parte de algo maior, nossa RDS está em Gurupá, que está no Pará e pertinho do Amapá, que estão na Floresta Amazônica, no Brasil, no mundo.

Vivemos num planeta só – a Terra - e o que fizermos aqui vai refletir em outros lugares, assim como o que fizerem em outros lugares pode nos atingir também.

Vivemos em sociedade, mas, que tipo de sociedade queremos para viver?

Brandão pode nos ajudar nessa compreensão e reflexão sobre sociedade, quando ele diz que:

Sociedade é “um vivermos juntos em comunidades em que compartilmos conhecimentos e valores, princípios de vida e visões de mundo, regras de convivência, poemas e preces, cantos e culinárias” (Brandão, 2005, p.27).

Diante disso, vamos expressar aqui que sociedade queremos para viver, que RDS queremos para viver, para que isso seja refletido no marco operacional do nosso PPP sendo vivido diariamente por todos nós.

Expressando os nossos valores, conhecimentos, regras e sonhos queremos uma sociedade na RDS Itatupã-Baquiá com a compreensão de que uma Reserva significa reservar para o futuro, preservar o que temos, que é o patrimônio da natureza. Significa que somos dela e ela é a nossa casa que precisa ser cuidada e respeitada. Deste modo, a sociedade precisa manter a floresta de pé, pois se acabamos com ela, acabamos com a gente também, portanto vamos tirar somente o necessário.

Queremos uma sociedade vivida em seu sentido comunitário, atuante e feliz, conforme já apontamos aqui neste capítulo do marco conceitual, mas desejamos reforçar e ampliar a ideia de comunidade com aquilo que diz Sorrentino et al (2013, p.22):

O conceito de Comunidade, não como lugar num mapa, mas como conceito de existência com estímulo a solidariedade, em que cada qual busca e exercita sua própria identidade, individual e coletiva, a partir do diálogo, cujas descobertas promovam a potência de ação, permitindo que sejamos capazes de iniciar e manter processos que possibilitem a tão almejada felicidade” (SORRENTINO et al, 2013).

É esta sociedade-comunidade que queremos para viver na RDS com reflexões e diálogos críticos, que fortaleçam a nossa identidade, que nos deixem em movimento constante para construirmos conhecimentos e termos vontade de agir para resolver problemas e realizar nossos sonhos que não podem acabar.

Lembramos que estamos felizes com o título da RDS, mas, que como sociedade-comunidade não podemos nos acomodar com esta conquista, pois precisamos avançar a cada dia para não nos enfraquecermos.

Para isto é preciso respeitarmos uns aos outros, termos uma sociedade organizada, disposta a aprender e ensinar todos os dias, que faça planejamento para sempre lembrar que existe futuro, que existe uma história e que o hoje tem que ser bem vivido.

Queremos uma sociedade-comunidade que siga o Plano de Uso da RDS e que faça desta Reserva a fonte do nosso conhecimento com amor, solidariedade, felicidade e exemplo de sustentabilidade para cada um de nós e do Brasil.

❖ MARCO OPERACIONAL

O marco operacional do PPP aponta qual é a nossa proposta pedagógica-metodológica com seus fundamentos teóricos e práticos. Representa os nossos planos e ações para contribuir na resolução dos problemas e ajudar a realizar nossos sonhos. Por isso, vamos pensar em linhas de ação com estratégias de aprendizagem, acompanhamento, avaliação e continuidade do PPP.

Este marco operacional dialoga com o marco situacional e conceitual, os três marcos estão completamente interligados, portanto, o que está apresentado a seguir foi construído a partir da legislação ambiental vigente, orientações e objetivos do Plano de Manejo da RDS. Mas, também de acordo com aquilo que pensamos, refletimos e dialogamos juntos no processo de construção deste PPP que é dinâmico e vivo, que é teórico e prático, ação e reflexão integrando a diversidade de saberes e trazendo a pluralidade de ideias.

Colocamos no marco operacional a intencionalidade pedagógica por meio de estratégias educativas que vamos aprender e também ensinar, pensando e agindo de forma coletiva para o bem comum.

➤ **Nossa proposta pedagógica metodológica:**

“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática”
(Paulo Freire).

A proposta pedagógica metodológica do PPP da RDS Itatupã-Baquiá está fundamentada na educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora, que de acordo com *Tozoni-Reis, 2006* p.94, “exige que os conhecimentos sejam apropriados e construídos de

forma dinâmica, coletiva, cooperativa, contínua, interdisciplinar, democrática e participativa, voltados para a construção de sociedades sustentáveis.”

Guimarães (2004, p.32) diz que a Educação Ambiental Crítica se propõe a trazer a realidade à tona e inserir nela o processo educativo, contribuindo na transformação da sociedade atual, assumindo a sua dimensão política, além disso deve explicitar a interface entre esta Educação Ambiental e a Educação Popular.

Sorrentino (2014) traz várias reflexões sobre a integração da educação ambiental e educação popular e aponta algumas pistas sobre o que é educação ambiental popular que serão importantes para operacionalizar este PPP da RDS, entre elas destaca-se:

“Educação ambiental popular se faz no diálogo e na cooperação, é no fazer o pão juntos que nos constituímos como companheiros de uma mesma aventura de defesa da vida e da melhoria das condições existenciais, articulando núcleos territoriais de resistência a pressão, constituindo-se como coletivos educadores, caminhos, nas trilhas dos círculos de cultura de Paulo Freire, para uma educação de corpo e alma, onde todas e cada uma das pessoas envolvidas possam realizar-se como ser humano” (SORRENTINO, 2014, p. 150).

Sendo a educação ambiental popular, um dos fundamentos pedagógicos e metodológicos deste Projeto Político Pedagógico, é essencial que o marco operacional esteja conectado às “pedagogias” de Paulo Freire, que marcou a educação no país e no mundo com suas obras, como a Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Autonomia e Pedagogia da Esperança, entre outras.

Paulo Freire (1994, 1989, 1981), traz em suas obras a importância da problematização com os educandos como seres no mundo, onde se sentirão desafiados e responderão ampliando suas capacidades de

intervir na realidade e destaca a necessidade da reflexão crítica sobre a prática numa relação entre teoria e prática, na qual uma depende da outra.

Esta proposta pedagógica-metodológica compartilha, também, das ideias de Carlos Rodrigues Brandão (2002) sobre educação popular e aprendizados, em que ele diz que o aprender e ensinar, referem-se a um movimento que tem a mesma origem, ou seja, ao mesmo tempo em que eu ensino eu aprendo, ou ao mesmo tempo em que aprendo eu também ensino.

“Aprender-e-ensinar constituem uma relação tão indissociável que deveriam ser escritos assim, com hífen, como uma palavra só formada de três, onde talvez a mais importante seja o “e” que une as duas e a ambas dá o seu sentido” (BRANDÃO, 2002, P. 391).

Esta citação do Brandão nos faz lembrar mais uma vez de Paulo Freire (1981, p.79) com a frase “ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, homens e mulheres se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

E aqui neste PPP estamos falando do mundo dos ribeirinhos e por isto trazemos a educação do campo com a *Pedagogia da Alternância* que valoriza a realidade dos educandos, considerando os diversos espaços educativos presentes na sociedade, seja a escola, seja a casa do estudante, todos são potenciais educadores.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Casa Familiar Rural de Gurupá a pedagogia da alternância, “também se conecta e fundamenta com a proposta Freiriana que propõe temas geradores e parte do princípio que a vida também ensina”.

A pedagogia da alternância adota como procedimento metodológico o tempo-escola e o tempo-comunidade, intercalando estes tempos com propostas integradoras dos mesmos nos quais os aprendizados se constroem fundamentados na prática e teoria.

E nestas interações de pedagogias alinha-se a pedagogia da práxis, pautada também por Paulo Freire, a qual nos remete a ação-reflexão-ação ou teoria-prática-teoria, num movimento contínuo e permanente necessário nos processos educativos.

Diante destes fundamentos apresentados o marco operacional deste PPP revela-se como um conjunto de diretrizes e princípios pedagógicos e metodológicos, que orientam as intervenções educativas socioambientais da RDS como um espaço educador que contribui para a construção de sociedades sustentáveis.

O PPP da RDS incorpora em seu marco operacional os princípios básicos da educação ambiental, colocados no artigo 4º da Lei 9795/99 e os Princípios do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992):

- I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;*
- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;*
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;*
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;*
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;*
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;*
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;*
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.*

PRINCÍPIOS DO TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS E RESPONSABILIDADE GLOBAL

1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.
14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

➤ **Objetivos do Marco Operacional**

- ✚ Contribuir para minimizar e/ou resolver os problemas diagnosticados;
- ✚ Contribuir para a busca da realização de sonhos e expectativas;
- ✚ Fortalecer as comunidades da RDS e entorno para que conquistem a emancipação e autonomia com dignidade, democracia e qualidade de vida;
- ✚ Criar espaços dialógicos socioambientais permanentes com vistas ao diálogo, reflexões, compartilhar, trocas, cooperação, ensino-aprendizagem e interações;
- ✚ Contribuir para a qualidade de vida, proteção ambiental e sustentabilidade da Reserva.

➤ **Linhas de ação do PPP da RDS**

Apresentam-se a partir de agora as linhas de ação estruturantes do PPP, nas quais encontram-se algumas propostas estratégicas pensadas e construídas coletivamente para atender aos objetivos mencionados:

Formação: ações estruturantes para promover educação e gestão ambiental na Reserva e fortalecimento das atividades produtivas de bases ecológicas;

Comunicação: ações para promover a comunicação e produção de material formativo, informativo e educacional;

Fomento: estratégias de financiamento e de captações de recursos para pôr em prática as ações do PPP;

Continuidade, Monitoramento e Avaliação: estratégias de continuidade do PPP, acompanhamento e avaliação do Marco Operacional do PPP.

LINHA DE AÇÃO FORMAÇÃO

1) FORMAÇÃO DO CONSELHO GESTOR DA RDS

Participantes: todos os representantes do Conselho Gestor da RDS, sendo indicado 5 pessoas por comunidade, incluir a Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA).

Carga horária: 20 horas

Aspectos Gerais do Curso: Os cursos devem trazer as dimensões teórica e prática dos assuntos que serão tratados, estimulando a reflexão crítica, o diálogo e participação de todos envolvidos. É importante que o Curso tenha a participação de outras pessoas das comunidades da RDS que estão interessadas em assumir o Conselho Gestor nas próximas gestões para se prepararem e conhecerem junto com os demais todos os seus direitos e deveres. No início do curso deve ser levantada as expectativas do grupo participante para que o(s) ministrante(s) busque atender as mesmas.

A partir da realização destes cursos espera-se que a atuação do Conselho Gestor seja fortalecida e ampliada com mais diálogos, momentos de trocas, construção coletiva e tomada de decisão.

Como parte do primeiro curso é indicado que seja trabalhado o tema de planejamento e com isso, um dos resultados seja a elaboração de um plano de ação do Conselho Gestor.

Temas/Assuntos: Esclarecimentos e informações sobre o papel do conselheiro; legislação ambiental, planejamento, elaboração de projetos e outros a definir.

O que precisamos para realizar o curso: organização e espaço para o curso, ministrantes, convite para cada membro do Conselho Gestor e outros indicados pelas comunidades, lista de presença, certificado, lanche, materiais audiovisuais, materiais de apoio didático-pedagógico.

Quando: 2 cursos por ano com temas diferentes, ou seja, 1 curso por semestre. O primeiro deste ano deve ser realizado até novembro/2016.

Onde será realizado: Escola Municipal Manoel Lourenço Reis na Comunidade Santa Maria do Tauari na RDS

Responsáveis por organizar a ação: Gestor, Conselho Gestor e CTEA da RDS

Parceiros: ICMBio, CNS, MMA e outros a identificar

2) FORMAÇÃO DE FORMADORES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Participantes: Todo corpo docente das escolas da RDS e do entorno

Carga horária: mínimo de 120 horas (Pedagogia da Alternância)

Aspectos Gerais do Curso: Verificar quantas pessoas tem no corpo docente de todas as escolas da RDS e entorno para definir quantas turmas serão formadas no curso, criando turmas de 40 pessoas no máximo. Dividir a carga horária de 120 horas em 3 módulos de 40 horas. Utilizar a pedagogia da alternância (tempo-escola e tempo comunidade). Realizar 1 ou 2 cursos por ano mantendo os aspectos de educação ambiental continuada e permanente.

Temas/Assuntos: Educação Ambiental, técnicas e ferramentas de educação ambiental para desenvolver nas comunidades e nas escolas; políticas públicas socioambientais (SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, saneamento ambiental, resíduos sólidos, recursos hídricos, agricultura familiar, etc); agroecologia; Plano de Uso da RDS; troca de experiências; educação ambiental no currículo escolar, Projeto Político Pedagógico e a Política Nacional de Educação Ambiental, comunidade, etc.

O que precisamos para realizar: identificar quem gostaria de fazer o curso, organizar o espaço para o curso, ministrantes/profissionais da área; preparar material didático-pedagógico; lista de presença, certificação, lanche para os participantes, data show, computador.

Onde será realizado: Escola Municipal Manoel Lourenço Reis

Quando: a primeira turma deve ser realizada até março/2017

Responsáveis: CTEA, Secretaria Municipal de Educação, Direção do Polo de Educação.

Parceiros: ATRAEIB, Conselho Gestor da RDS, Laboratório de Educação e Política Ambiental/ESALQ/USP, ICMBio e MMA.

3) FORMAÇÃO DE MERENDEIRAS E COZINHEIROS/AS DAS ESCOLAS DA RDS

Participantes: merendeiras (os) e cozinheiras (os) das escolas da RDS e seu entorno e demais interessados/as

Carga horária: 18 horas

Aspectos Gerais do Curso: Realizar em 3 etapas de 6 horas cada uma, com abordagem teórica e prática.

Temas/Assuntos: Alimentação escolar e a profissão de merendeira/merendeiro; alimentação e nutrição, manipulação e boas práticas para conservação dos alimentos; higiene; cardápio alimentar; cuidados com a água e destinação dos resíduos (lixo); relações humanas.

O que precisamos para realizar: espaço para o curso com cozinha, profissionais da área; materiais didáticos-pedagógicos, lista de presença, certificação.

Responsáveis por organizar: SEMED, Polo de Educação, Escolas, CTEA e ATRAEIB.

Quando será realizado: até março de 2017.

Onde será realizado: Escola Municipal Manoel Lourenço Reis na Comunidade Santa Maria do Tauari na RDS

Parceiros: Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura, ATRAEIB, Conselho Gestor da RDS e outros a serem identificados.

4) FORMAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DAS JUVENTUDES

Participantes: jovens de todas as comunidades da RDS e do seu entorno

Carga horária: 120h para começar (mas, deve ser uma carga horária de 3 a 4 horas - permanente e continuada)

Aspectos Gerais: Fazer mobilização e sensibilização dos jovens da RDS e identificar, diagnosticar quais são seus desejos, necessidades e demandas para que sejam criados espaços de diálogos e formação entre eles. Utilizar formas criativas e atraentes para os jovens se

envolverem no processo de formação. Pensar em trocas de experiências, diálogos entre eles. Pensar, também numa forma dos jovens da RDS compartilharem suas experiências, ideias, sonhos com jovens de outros lugares formando uma Rede de Juventudes na RDS e da RDS com outros lugares da região, do Brasil, do mundo. A formação tem que ser algo que extrapole o conteúdo, ou seja, o conteúdo é o menos importante, pois o fundamental é criar um espaço de diálogos e reflexões para os jovens se sentirem contemplados, valorizados e a partir disso trabalhar os conteúdos desejados. Começar com a reunião de jovens em cada comunidade, tendo um facilitador jovem em cada comunidade para iniciar os diálogos e reflexões, depois avançar marcando um encontro geral entre todas as comunidades. Realizar encontros mensais de 3 a 4 horas de forma permanente e continuada.

Temas/Assuntos: socioambientais e temas de interesse indicados pelos jovens

O que precisamos para realizar: identificar quem gostaria de fazer o curso, espaço para o curso, ministrantes, uma pessoa que tenha perfil para fazer a facilitação dos trabalhos com os jovens.

Responsáveis: CTEA, ATRAEIB, SEMED e Secretaria Municipal do Meio Ambiente

Quando: primeiro semestre de 2017

Onde será realizado: Pode ser na escola de cada comunidade e no encontro geral na Escola Manoel Lourenço dos Reis.

Parceiros: ICMBio, Conselho Gestor, UFPA, MMA e outros a identificar

5) FORMAÇÃO DE BARQUEIROS

Participantes: barqueiros das escolas da RDS e entorno e demais moradores da Reserva.

Carga horária: verificar com a Marinha

Aspectos Gerais: O curso deve ter dois focos, um é relativo a aquisição da carteira marítima do barqueiro que precisa estar legalizado para atuar profissionalmente. Outro foco se refere a sensibilização ambiental, informações esclarecedoras e orientações sobre a poluição e os resíduos (lixo) descartados dos rios.

Temas/Assuntos: os temas para carteira de piloto serão determinados pela marinha. Meio ambiente, poluição dos rios, resíduos sólidos, Unidades de Conservação e a RDS Itatupã-Baquiá.

O que precisamos para realizar: ICMBio articular com a Marinha

Responsáveis: Marinha e ICMBio

Quando: a verificar com a Marinha

Onde será realizado: a verificar

Parceiros: ICMBio, Marinha e Prefeitura de Gurupá

6) FORMAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO ATRAIEB

Participantes: Diretoria e Associados

Carga horária: 120h (dividida em etapas)

Aspectos Gerais: Será preciso primeiramente fazer um levantamento junto aos associados para indicarem quais os assuntos que são

importantes e gostariam de trabalhar num curso, bem como, definir o número de interessados em participar da formação e as datas e local para a realização. Em seguida deve ser organizado o curso que deve contemplar um módulo para elaboração de um Plano de Ação para a Associação atuar de forma dinâmica que fortaleça suas ações.

Temas/Assuntos: Plano de Uso e o Plano de Manejo da RDS, cadeia produtiva da sociobiodiversidade, planejamento, elaboração de projetos, captação de recursos e outros de interesse dos associados.

O que precisamos para realizar: ministrantes, facilitadores de processos, espaço, combustível para deslocamentos, café e lanche para os participantes, listas de presença, materiais de apoio (papelaria, canetas, data show, computador, etc).

Responsáveis: ATRAEIB

Quando será realizado: segundo semestre de 2016

Onde será realizado: Sede da Associação

Parceiros: ICMBio, Conselho Gestor, Prefeitura, MMA e outros a identificar.

7) FORMAÇÃO DE MULHERES

Participantes: Grupo de Mulheres da Comunidade São João do Jaburu, mulheres interessadas de todas as comunidades da RDS e seu entorno, além de homens interessados em fortalecer as mulheres.

Carga horária: 40 horas divididas em 3 ou 2 módulos

Aspectos Gerais: Em cada comunidade da RDS e entorno deve ser feita uma mobilização com as mulheres para sensibilizar e identificar

aquelas que gostariam de formar um grupo, de compartilhar experiências, aprender e ensinar diversos assuntos, bem como identificar desejos, expectativas e assuntos que gostariam de dialogar. Cada comunidade pode criar seu Grupo de Mulheres e a cada semestre os grupos de toda a RDS e entorno se reúnem para compartilhar as experiências, aprenderem e ensinarem juntas. É importante que em cada Grupo de Mulheres nas comunidades seja elaborado um Plano de Ação para organizar suas atividades com objetivos e metas. O curso deverá ser realizado com todas as mulheres identificadas em cada comunidade e a partir deste curso cada grupo de mulheres formado dará continuidade em suas ações com o Plano de Ação elaborado coletivamente.

Temas/Assuntos: Meio ambiente, agricultura familiar, empreendimentos/comercialização de produtos, emancipação das mulheres, mulheres ocupando os espaços de poder e tomada de decisão; violência doméstica

O que precisamos para realizar: facilitadoras de processos, espaço, café e lanche para as participantes, listas de presença, materiais de apoio (papelaria, canetas, data show, computador, etc).

Responsáveis: ATRAEIB, Grupo de Mulheres da Comunidade de São João do Jaburu e CTEA

Quando: a partir do segundo semestre de 2016

Onde será realizado: a combinar com as mulheres de cada comunidade

Parceiros: ICMBio, Movimento de Mulheres de Gurupá, representantes de empresas, Prefeitura MMA e outros a identificar

8) FORMAÇÃO EM AGROECOLOGIA

Participantes: Moradores da RDS e entorno

Carga horária: 2 semestres

Aspectos Gerais do Curso: Os cursos devem trazer as dimensões teórica e prática dos assuntos que serão tratados, estimulando a reflexão crítica, o diálogo e participação de todos envolvidos.

Temas/Assuntos: Agroecologia e a diversificação de culturas

O que precisamos para realizar o curso: articular com a Silvia da Coordenação Regional do ICMBio em Belém-PA para elaborar e apresentar a proposta ao SENAC.

Quando: a partir de 2017

Onde será realizado: Escola Municipal Manoel Lourenço Reis na Comunidade Santa Maria do Tauari na RDS

Responsáveis: ICMBio e ATRAEIB

Parceiros: SENAC, ICMBIO, Câmara Temática de Educação Ambiental, outros a identificar.

9) FORMAÇÃO EM PLANEJAMENTO FAMILIAR

Participantes: moradores da RDS e entorno

Carga horária: 40 horas (dividido em módulos dentro da pedagogia da alternância)

Aspectos Gerais: A Constituição Federal e a Lei nº 9.263, de 1996, garantem à sociedade o direito ao planejamento familiar que auxilia as

pessoas que pretendem ter filhos, além de contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Portanto, esta formação será importante para os moradores da RDS que apontaram vários problemas decorrentes da ausência de planejamento familiar.

Responsáveis por organizar: ICMBio e Conselho Gestor podem articular com a Secretaria Municipal de Saúde para que a mesma assuma essa responsabilidade.

Quando: Segundo semestre de 2017

Parceiros: Ministério da Saúde, UFPA, ATRAEIB e outros a identificar

LINHA DE AÇÃO - COMUNICAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 traz a comunicação como um direito humano, porém, ainda hoje encontramos parte da sociedade brasileira sem condições de acessar seus direitos à comunicação e à informação. Este é o caso das comunidades ribeirinhas da RDS Itatupã-Baquiá, que não dispõem de sistemas de telefonia e internet, problema quase que generalizado na região devido à falta de energia elétrica e grandes distâncias fluviais das comunidades até as cidades.

Portanto, este PPP traz o eixo estruturante de comunicação com a intencionalidade pedagógica e também de gestão em busca de contribuir para minimizar ou resolver os problemas encontrados.

Coloca-se aqui a comunicação como direito humano sendo um dos pilares da sociedade democrática, em busca de ações que possibilitem o direito de todos e todas a se expressarem e serem ouvidas, bem como, acessar informações que permitem a construção e produção de conhecimentos.

É trazida, também, neste eixo a educomunicação que tem características de junção da comunicação com a educação, e dessa forma deve favorecer o diálogo, o planejamento, a criticidade e criatividade com a utilização de tecnologias que ampliam a capacidade de expressão, onde todos se colocam como receptores e emissores, protagonistas das ações comunicadoras.

1) GESTÃO PARA O ACESSO À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Aspectos gerais: Gestão para conseguir sistemas de telefonia fixa e móvel, pontos de internet para a unidade e um sistema de comunicação via rádio VHF, sendo um (01) por comunidade para facilitar a comunicação e mobilização dentro da UC.

O que precisamos para realizar: fazer gestão e articulação institucional; projetos de captação de recursos para aquisição de equipamentos de comunicação, além daquilo que cabe ao poder público providenciar.

Responsáveis: ICMBio

Quando: a partir do segundo semestre de 2016

Parceiros: Prefeitura, Conselho Gestor, Governo do estado do Pará e outros a serem identificados

2) PRODUÇÃO DE VÍDEO DOCUMENTÁRIO DA ATRAEIB E RDS

Aspectos gerais: Um documentário que mostre nossa realidade, nossa história, nossas conquistas para colocar na TV, na internet (redes sociais) para divulgar e quem sabe alguém nos ajudar, como no turismo por exemplo.

O que precisamos para realizar: fazer articulação institucional para encontrar parceiros e captar recursos para o projeto do documentário.

Responsáveis: ATRAEIB e ICMBio

Quando: a partir do 2º semestre de 2016

Parceiros: Sindicato, ICMBio, MMA e outros parceiros a identificar

3) CRIAÇÃO DO JORNAL COMUNITÁRIO DA RDS

Aspectos Gerais: A ideia de um jornal comunitário surge para contribuir no acesso às informações e comunicação, propiciando diálogos, reflexões e trocas de experiências entre as comunidades da RDS, seu entorno e instituições relacionadas com a Reserva. O Jornal Comunitário pode ser um projeto desenvolvido a partir da formação com os jovens da RDS ou a partir do própria Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Gestor.

O que precisamos para realizar: É necessário realizar uma oficina de no mínimo 20 horas sobre comunicação e educomunicação com objetivos de orientar e preparar o grupo responsável pela produção do jornal, permitindo que o grupo tenha boas condições de executar este trabalho. Para tanto, será preciso trazer um profissional da área de comunicação e/ou educomunicação socioambiental para realizar a oficina que deve ser o primeiro passo para que o Jornal Comunitário se torne realidade.

Para elaborarmos o Jornal Comunitário precisamos definir previamente as seguintes questões indicadas abaixo:

Público: Pode ser os moradores em geral da RDS.

Objetivo do jornal: O que pretendemos com este jornal? Pode ter vários objetivos ao mesmo tempo como diversão, educação, divulgação, registro do que acontece na comunidade, mas, tem que tomar cuidado para não abranger muitos objetivos, pois, o jornal comunitário é uma publicação com pouco espaço.

Nome do Jornal: O nome tem que ser atraente, curioso, marcante. Para escolher podem ser levantadas sugestões com a comunidade e assim definir o melhor nome ou o próprio grupo responsável poderá pensar em 3 sugestões e pedir ajuda dos comunitários para a decisão final.

Periodicidade: Quinzenal, mensal, bimestral, semestral? A periodicidade deve ser cumprida, pois, os leitores do jornal ficarão à espera dele e não podemos deixar os leitores frustrados sem o jornal.

Formato, tamanho e número de páginas do jornal: Pode ser um jornal em tamanho A4, A5, A3 ou metade de um destes, assim como o número de páginas pode começar com 2 e se os leitores gostarem pode ser ampliado com o tempo. O número de páginas e o tamanho do jornal vai depender, também, da quantidade de matéria produzida (informações produzidas).

Número de exemplares (tiragem do jornal): Podemos começar com um número pequeno (50 exemplares) para testar se vamos agradar aos leitores. Se tivermos uma boa aprovação podemos ampliar no próximo exemplar.

Linguagem e Diagramação: É importante pensar na linguagem que será utilizada para atrair o público e ao mesmo tempo cumprir os objetivos do jornal. Misturar textos com imagens, ilustrações.

Equipe responsável (expediente): Definir quais pessoas serão responsáveis pela produção do jornal, devendo ter os entrevistadores,

os que vão escrever, redigir e revisar os textos, as notícias, buscar notícias, diagramadores, ilustradores, captador de recursos, distribuidor do jornal e etc.

Com a realização da Oficina sobre comunicação/educomunicação e todas essas definições prévias, o grupo responsável pelo jornal poderá elaborar um projeto e com ele em mãos terá condições de buscar recursos junto a patrocinadores e apoiadores, como Prefeitura, ICMBio, Sindicato, comércio de Gurupá e outros.

Responsáveis: CTEA

Quando: a partir do segundo semestre de 2016

Parceiros: ICMBio, Conselho Gestor, ATRAEIB, Prefeitura, Comércio de Gurupá, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, MMA, etc.

4) ELABORAR UM PORTFÓLIO DA ATRAEIB

Aspectos Gerais: O Portfólio proposto para a Associação tem os seguintes objetivos:

- Organizar visualmente os trabalhos já realizados e divulgar para a sociedade seu histórico, sua experiência, competência técnica e comunitária, conhecimentos e possibilidades de atuação.
- Ser um cartão de visita para estabelecer parcerias e buscar a captação de recursos.

O portfólio pode ser online, impresso e digital (PDF).

O que precisamos para realizar: levantar o histórico, projetos e ações desenvolvidas pela Associação, além de outros aspectos que forem considerados importantes para compor o portfólio. Criar a arte

e o esboço do portfólio, em seguida materializá-lo. Profissional da área de comunicação.

Responsáveis: ATRAEIB

Quando: segundo semestre de 2016

Parceiros: Innovare Educação Tecnologia e Sustentabilidade (Henriqueta)

LINHA DE AÇÃO - FOMENTO

1) ORGANIZAÇÃO, ARTICULAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS

Como vamos fazer:

- Levantamento de editais abertos e possíveis financiadores e patrocinadores para identificar quais são as potenciais fontes de financiamento de projetos vinculados ao PPP da RDS;
- A partir deste item acima será possível apresentar propostas/projetos para as fontes identificadas.
- Capacitação para a ATRAEIB, Conselho Gestor, CTEA e Grupo de Mulheres com objetivos de elaboração de projetos e captação de recursos (ações previstas na linha de formação).

Responsáveis: ATRAEIB, Conselho Gestor, ICMBio, CTEA

Quando: a partir do segundo semestre de 2016

Parceiros: ICMBio, Prefeitura de Gurupá, MMA e outros a identificar

2) ORGANIZAR OS PRODUTORES E BUSCAR PARCERIAS PARA ACESSO AO CREDITO PRODUTIVO

Aspectos Gerais: Os temas para a busca de recursos aqui envolvem o manejo de açazal nativo; a criação de pequenos e médios animais (peixe, abelha, aves, porco, etc.); energia renovável (energia solar) através do PRONAF ECO.

O que precisamos realizar: Fazer gestão e articulação juntos aos órgãos de assistência técnica para melhorar o acompanhamento às famílias da Unidade. Fazer parceria para realização de técnicos específicos nas seguintes áreas: Fabricação de ração, criação de peixe em tanque escavado, criação de peixe em tanque rede, criação de camarão e apicultura.

Responsáveis: Secretaria Municipal de Agricultura, EMATER, Sindicato Rural dos Trabalhadores, Conselho Gestor da RDS e ICMBio

Quando: A partir do segundo semestre de 2016

3) FINANCIAMENTO COLETIVO OU CROWDFUNDING

Aspectos Gerais: Estudar a possibilidade de ter algum projeto de pequeno porte da ATRAEIB que seja atraente para captação via financiamento coletivo (crowdfunding). Esta forma de captação tem sido utilizada por diversas instituições do Brasil e do mundo. A instituição lança uma campanha de captação de recursos utilizando uma plataforma de crowdfunding com objetivos de receber doações de muitas pessoas em todo o mundo, podendo chegar a centenas ou milhares de doadores que se sensibilizam com a causa apresentada.

Esta forma de arrecadação de recursos financeiros não tem burocracia e pode contribuir de alguma forma.

O que precisamos fazer: estudar as possibilidades, pensar e escrever um projeto que possa sensibilizar um grande número de pessoas no Brasil e exterior, cadastrar o projeto na plataforma escolhida de crowdfunding.

Quando: 2º semestre de 2017

Responsáveis: ATRAIEB

Parceiros: CTEA; Conselho Gestor da RDS, Henriqueta e outros a identificar

LINHA DE AÇÃO - CONTINUIDADE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- 1) CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CONSELHO GESTOR DA RDS

Aspectos Gerais: Durante a elaboração do PPP foi criada a Câmara Temática de Educação Ambiental (CTEA) do Conselho Gestor da RDS com objetivos de articular, dialogar, comunicar, acompanhar e avaliar as ações do Projeto Político Pedagógico contribuindo para a execução do seu marco operacional e a continuidade com novas ações e revisão periódica a cada dois anos. Esta Câmara Temática de Educação Ambiental tem a missão de fazer a gestão do PPP trazendo a educação ambiental, de forma prática e teórica, para dentro da RDS e seu entorno.

“A criação de Câmara Temática é feita mediante aprovação da maioria simples dos membros do Conselho, com o devido registro em ata de reunião. São grupos de conselheiros formados para apoiar questões específicas da pauta do Conselho, que podem contar com a participação de pessoas ou instituições convidadas. As Câmaras Temáticas são permanentes e visam a promover discussões técnicas para subsidiar as decisões do Conselho em assuntos mais complexos. Suas atribuições devem estar previstas no Regimento Interno do Conselho” (ICMBio, 2014).

Dessa forma, registra-se aqui que este rito deve constar em ata de reunião extraordinária do Conselho Gestor da RDS Itatupã-Baquiá para efeitos legais.

Composição da Câmara Temática de Educação Ambiental:

Um representante em geral, um/uma jovem, uma mulher e um membro representando a escola de cada comunidade da RDS e de duas comunidades do entorno:

07 Comunidades da RDS:

- São João do Jaburu
- Santa Luzia do Urucuri
- São Francisco do Piracuí
- Belo Horizonte
- Santo Antônio do Baquiá Grande
- Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do Baquiá
- Santa Maria do Tauari

2 Comunidades do entorno da RDS:

- São Pedro do Arapapa
- Nossa senhora Nazaré Amansa Brabo

Além disso, fará parte um/uma representante de cada instituição apontada a seguir:

- ICMBio
- ATRAEIB
- Direção do Polo de Educação
- Casa Familiar Rural de Gurupá

Portanto, aponta-se que a Câmara Temática de Educação Ambiental do Conselho Gestor da RDS será composta por 40 pessoas, que poderão se revezar no decorrer dos trabalhos para que não sejam sobrecarregados, mas, ao mesmo tempo que consigam realizar um trabalho referência para as comunidades, município, região, estado e país.

Ações previstas para a Câmara Temática de Educação Ambiental:

a) Capacitação inicial

Para tratar do papel da CTEA e de seus representantes, bem como, sobre o PPP, planejamento e monitoramento do marco operacional para dar início aos trabalhos de implementação do Projeto Político Pedagógico da RDS.

O que precisamos para realizar: Mobilização para os participantes estarem presentes no dia da capacitação, espaço (Escola), lanche para todos, lista de presença, materiais didático-pedagógico, data show, computador, facilitador/ministrante.

Responsável: MMA e CTEA

Parceiros: ICMBio, Conselho Gestor da RDS, ATRAEIB, Escola Municipal Manoel Lourenço Reis

Quando: 22 de julho de 2016.

b) Elaboração do regimento interno da CTEA – RDS

Aspectos gerais: Para o bom funcionamento da CTEA é importante que a mesma elabore o seu regimento, que significa pensar e definir

um conjunto de regras para regulamentar o modo como vai atuar para a formalização e legitimidade legal junto ao ICMBio.

O ICMBio aponta algumas dicas para a atuação dos conselheiros e conselheiras:

- “- Assumir uma postura de cooperação, solidariedade e respeito;
- Saber se colocar no lugar do outro para atacar o problema e não as pessoas;
- Usar a criatividade e o conhecimento disponível para encontrar alternativas e soluções;
- Identificar os problemas, suas causas, interesses e argumentos produzidos pelas partes envolvidas;
- Buscar, sempre que possível, o entendimento sobre as questões discutidas e a formação de possíveis consensos” (ICMBio, 2014).

O que precisamos para realizar: Agendar uma reunião da CTEA para pensar, conversar e escrever quais serão as normas dentro do Regimento.

Responsável: CTEA e Conselho Gestor da RDS

Quando: 2º semestre de 2016

Parceiros: ICMBio, Conselho Gestor e MMA (Henriqueta)

c) Exposição Itinerante da CTEA na RDS

Aspectos gerais: Esta ação refere-se a uma exposição e diálogos sobre o Projeto Político Pedagógico da RDS e a CTEA com seu papel educador ambiental na Reserva e seu entorno.

Os objetivos da Exposição Itinerante são:

- Divulgar, a CTEA e sua missão de fazer a gestão do Projeto Político Pedagógico, para todas as comunidades da RDS e seu entorno;
- Sensibilizar as comunidades para a importância de se envolver nos diálogos e contribuir na busca por soluções dos problemas

socioambientais da RDS a partir das propostas construídas no marco operacional do PPP;

- Resgatar os diálogos sobre o Plano de Uso da RDS como forma tornar acessíveis as informações para as comunidades.

Como fazer: A exposição pode ficar 1 semana (7 dias, de 2ª feira a domingo) em cada comunidade em espaços a combinar, como Escola e Igreja, por exemplo. Em cada lugar que a Exposição passar é importante agendar 1 ou 2 dias para a CTEA fazer conversas com as pessoas que estiverem visitando a exposição. A exposição será feita por meio de 1 banner que traz o resumo do PPP da RDS e a apresentação do vídeo do PPP se o local tiver computador/TV/data show para isso.

Em cada comunidade os representantes da CTEA daquela comunidade específica deverão estar presentes na data agendada para os diálogos com os visitantes da exposição.

O que precisamos para realizar: Banner; agendar as datas da exposição em cada comunidade; espaço na comunidade para deixar o banner pendurado por uma semana em local que as pessoas possam fazer a leitura e sentar em volta para conversar com os representantes da CTEA; convidar as pessoas das comunidades para visitar a exposição e conversar. Se possível computador/data show para assistir ao vídeo do PPP. Escolher um nome atraente para a Exposição Itinerante.

Responsáveis: CTEA, escolas e comunidades

Quando: agosto a outubro/2016 (podendo repetir em outras épocas)

Parceiros: Henriqueta, ATRAEIB, escolas e as comunidades.

d) Reuniões de Acompanhamento, Avaliação e Formação Continuada

Aspectos Gerais: Para que a CTEA tenha condições de fazer a gestão do PPP da RDS contribuindo na execução de ações, fazendo o acompanhamento e avaliação da sua implementação é preciso que o grupo esteja em sintonia, unido, fortalecido, com aprendizados continuados e permanentes a partir de trocas, diálogos, reflexões e construções de conhecimentos práticos e teóricos.

Deste modo, o que se destaca nesta atividade é a necessidade da formação continuada, por isso, as reuniões deverão destinar um momento para questões de acompanhamento e avaliação do marco operacional do PPP e outro momento específico para a "autoformação". Esta autoformação quer dizer que as próprias pessoas da CTEA estarão trabalhando no seu ensino-aprendizagem, isto poderá ser feito por meio de leituras compartilhadas e dialogadas de textos, vídeos, convidados externos para fazer palestras e facilitar alguma oficina e outras estratégias que o grupo pensar.

O que precisamos para realizar: agendar as datas e os locais de encontro que podem ser em comunidades diferentes para abranger todas; organizar a pauta da reunião (incluindo os dois momentos indicados), selecionar artigos/livros/publicações/vídeos/etc. para estudos no grupo; café e lanche; material de apoio didático-pedagógico; o relatório do PPP da RDS, disposição e boa vontade.

Responsável: CTEA

Quando: a cada 3 meses

Parceiros: ICMBio, Conselho Gestor, ATRAEIB, escolas e comunidades

2) ESPAÇOS DE DIÁLOGOS ENTRE AS ESCOLAS

Aspectos Gerais: Realizar encontro semestral entre as escolas da RDS e do entorno para compartilharem suas experiências, problemas e coisas boas, dialogar e refletir sobre o dia a dia das escolas, para conversarem sobre o que está dando certo e errado na execução do PPP das escolas e do PPP da RDS. A cada semestre o Encontro pode acontecer numa escola diferente para que todas sejam contempladas e conhecidas por todos. O encontro pode ter a apresentação de trabalhos de cada área de conhecimento e atuação, como por exemplo, experiências dos professores, estudantes, coordenação pedagógica, funcionários e pais e mães dos estudantes, demonstrando como estão trabalhando para promover o diálogo e integração das comunidades escolares trazendo a perspectiva socioambiental para o debate. O encontro pode acontecer de 2 a 3 dias com oportunidades de uma escola conhecer a outra por meio de exposições, feiras, palestras, oficinas, vídeos destacando-se a importância de ter diálogos entre todos.

O que precisamos para realizar: Os representantes da CTEA precisarão construir esta proposta juntamente com a direção do Polo, SEMED e ACFR para definir todos os detalhes.

Responsáveis por organizar: SEMED, direção do Polo, CFR e CTEA

Quando: A partir do primeiro semestre de 2017

Parceiros: Prefeitura, ICMBio, ATRAEIB e outros a identificar.

3) ESPAÇOS DE DIÁLOGOS ENTRE AS COMUNIDADES

Aspectos Gerais: Realizar encontro semestral entre todas as comunidades da RDS e entorno com objetivos de conversarem sobre os problemas socioambientais e as possíveis soluções, sobre as coisas boas que estão dando certo na Reserva e que precisam ser divulgadas.

Cada encontro semestral deve ser realizado numa comunidade diferente para que propicie melhor integração entre todos, sendo importante que cada comunidade contribua na organização de alguma forma. Para atrair as pessoas é interessante pensar no nome do encontro que seja marcante e que faça alguma relação socioambiental, como por exemplo, "Festa Socioambiental da Reserva"; "Festa Comunitária Ambiental"; "Encontro Comunitário Ambiental", etc. Sendo uma festa o encontro pode ter o momento diálogos entre as comunidades, seus representantes, a ATRAEIB, o gestor, Conselho Gestor e CTEA da RDS, e o momento festa com comidas típicas, músicas, dinâmicas ecológicas com adultos e as crianças; exposições de cada comunidade, etc.

Responsáveis por organizar: ATRAEIB, ICMBio, Conselho Gestor e CTEA, escolas e comunidades

Quando: a partir de 2016

Parceiros: Prefeitura de Gurupá, comércio de Gurupá e outros a identificar.

4) ADEQUAR OU CONSTRUIR O PPP DE CADA ESCOLA

Aspectos Gerais: Durante a construção do marco situacional do PPP da RDS foi identificado que algumas escolas da Reserva estavam com os respectivos PPP defasados e algumas ainda, que não haviam

elaborado o mesmo. Desta forma, o PPP da RDS pode contribuir como material didático trazendo aspectos importantes da realidade local, diretrizes socioambientais e outros elementos importantes para as escolas tomarem conhecimento, refletirem e construírem os seus projetos. Entre os elementos trazidos no PPP da RDS está o Plano de Uso da UC que deve ser conhecido e aplicado no dia a dia por cada morador sendo apontado por muitas comunidades escolares como desconhecido. Esta informação é também ressaltada em pesquisa de educação ambiental realizada por Ferro (2015), que detectou, entre outras coisas, o desconhecimento do Plano de Uso por grande parte de uma escola da RDS Itatupã-Baquiá.

“A inserção do Plano de Uso na RDS Itatupã-Baquiá no ambiente escolar é fundamenta para que os alunos e professores pudessem aprender e aprofundar ainda mais seus conhecimentos de preservação ambiental na área da reserva. Uma sugestão é inserir este documento no PPP da escola, desta forma, todos estariam com o comprometimento de estender a EA para além das fronteiras da sala de aula” FERRO (2015, p. 47).

O que precisamos para realizar: reunião entre a CTEA, Direção do Polo, SEMED e coordenação pedagógica de cada escola da RDS e entorno para dialogar sobre o assunto e desenvolver a construção/atualização do PPP em cada escola.

Responsáveis: CTEA, Direção do Polo, SEMED e direção/coordenação pedagógica de cada escola da RDS e entorno.

Quando será realizado: a partir do segundo semestre de 2016

Parceiros: SEMED, Direção do Polo, e coordenação escolar, corpo docente e comunitários

➤ **Monitoramento, Avaliação e Indicadores**

Para que a CTEA tenha melhores condições de contribuir na execução, acompanhamento e avaliação da implementação do marco operacional do PPP, apresentam-se quadros que resumem as linhas de ação com alguns indicadores. Os indicadores são parâmetros que apontam se estamos fazendo as ações combinadas e como elas estão sendo cumpridas.

Os indicadores nos ajudam a verificar e avaliar dados da realidade sobre o que estamos fazendo para que possamos aprimorar nossas ações, identificando no decorrer dos trabalhos o que está dando certo e o que precisamos melhorar.

Deste modo, é demarcado aqui a importância do monitoramento e avaliação continuada e permanente, como parte do processo educador ambiental dentro dos princípios da práxis que se constitui da ação-reflexão-ação, sendo indispensável o nosso caminhar reflexivo, formado por concretudes e subjetividades.

Avaliação é colocada no PPP como um processo de ensino-aprendizagem participativo, inter e multidisciplinar, coletivo e individual, quali-quantitativo tendo o registro e sistematização das ações para contribuir no exercício de transformação dos problemas e situações indesejadas.

Sugere-se a adoção de algumas atividades básicas para possibilitar o monitoramento e avaliação permanente. Entre as atividades que podem ser realizadas colocamos aqui: registros em cadernos; memória das reuniões; rodas de conversa com diálogo

aberto sobre as ações desenvolvidas; fotografias, vídeos, relatórios de atividades, questionários, entrevistas, reuniões periódicas e etc.

A avaliação pode ser feita com olhar retrospectivo e prospectivo, ou seja, construindo uma análise da relação do passado e futuro para verificarmos como chegamos até o presente, como estamos caminhando, para onde e como queremos chegar no futuro.

QUADROS RESUMO PARA O MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INDICADORES

"Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso, aprendemos sempre." (Paulo Freire, 1989)

LINHA DE AÇÃO: FORMAÇÃO

ATIVIDADE	QUANDO	RESPONSÁVEIS	INDICADORES
Formação do Conselho Gestor da RDS	1º curso até nov./2016. 2 cursos/ano 1 curso/semestre	Gestor, Conselho Gestor e CTEA da RDS	Cursos realizados; Conselheiros preparados, atuantes e satisfeitos.
Formação de formadores/professores (as) em educação ambiental	Primeira turma deve ser realizada até março/2017	CTEA, Secretaria Municipal de Educação, Direção do Polo de Educação.	Cursos realizados; Professores/Professoras envolvidas/os na Associação e Conselho Gestor; Processos de educação ambiental sendo realizados na RDS pelos professores/as.
Formação socioambiental das juventudes	1º semestre de 2017	CTEA, ATRAEIB, SEMED e Secretaria Municipal do Meio Ambiente	Jovens envolvidos/as nas ações do PPP; Autoestima elevada dos jovens; Ações desenvolvidas pelos jovens.
Formação de Barqueiros	A verificar com a Marinha	Marinha e ICMBio	Barqueiros com carteira de habilitação regularizada.
Formação da Associação ATRAEIB	A partir do 2º semestre de 2016	ATRAEIB	Diretoria e associados/as estimulados e atuantes.

Formação das Mulheres	A partir do 2º semestre de 2016	ATRAEIB e CTEA	Grupo de Mulheres da Comunidade São João do Jaburu reconstituído; Criação de novos grupos de mulheres na RDS.
Formação em Agroecologia	A partir de 2017	SENAC, ICMBIO, Câmara Temática de Educação Ambiental, outros a identificar.	Curso realizado; Experimentos agroecológicos realizados pelas famílias na RDS.
Formação em Planejamento Familiar	2º semestre de 2017	ICMBio e Conselho Gestor podem articular com a Secretaria Municipal de Saúde para que a mesma assumira essa responsabilidade.	Curso realizado.

LINHA DE AÇÃO: COMUNICAÇÃO

ATIVIDADE	QUANDO	RESPONSÁVEIS	INDICADORES
Gestão para o acesso à informação e comunicação	A partir do 2º semestre de 2016	ICMBio	Acesso pelas comunidades a telefonia e internet; Ampliação do número de casas com telefone; Comunicação existente entre as comunidades e delas com a região, estado, país e mundo.
Produção de vídeo documentário da ATRAEIB e RDS	A partir do 2º semestre de 2016	ATRAEIB e ICMBio	Vídeo documentário produzido e divulgado em mídias sociais.
Criação do jornal comunitário da RDS	A partir do 2º semestre de 2016	CTEA	Jornal Comunitário produzido; Comunidades recebendo e divulgando o jornal;
Elaborar um portfólio da ATRAEIB	2º semestre de 2016	ATRAEIB	Portfólio produzido e divulgado em diversos espaços.

LINHA DE AÇÃO: FOMENTO

ATIVIDADE	QUANDO	RESPONSÁVEIS	INDICADORES
Organização, articulação e elaboração de projetos	A partir do 2º semestre de 2016	ATRAEIB, Conselho Gestor, ICMBio, CTEA	Pesquisa financeira realizada (editais, patrocinadores, etc); Projetos elaborados para captação de recursos. Recursos captados.
Organizar os produtores e buscar parcerias para acesso ao crédito produtivo	A partir do 2º semestre de 2016	Secretaria Municipal de Agricultura, EMATER, Sindicato Rural dos Trabalhadores, Conselho Gestor da RDS e ICMBio	Parcerias estabelecidas; Projetos apresentados; Recursos captados.
Financiamento coletivo ou crowdfunding	2º semestre de 2017	ATRAIEB	Projeto incluído na plataforma de financiamento coletivo. Visibilidade da Associação.

LINHA DE AÇÃO: CONTINUIDADE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

CÂMARA TEMÁTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO CONSELHO GESTOR DA RDS

ATIVIDADE	QUANDO	RESPONSÁVEIS	INDICADORES
Capacitação	22 de julho de 2016	MMA e CTEA	Capacitação realizada com membros da CTEA; CTEA entusiasmada e organizada para iniciar sua atuação.
Elaboração do regimento interno da CTEA – RDS	2º semestre de 2016	CTEA e Conselho Gestor da RDS	Regimento elaborado e apropriado por todas e todos membros da CTEA; Regimento divulgado pelo ICMBio.
Exposição Itinerante da CTEA na RDS	Agosto a outubro/2016 (podendo repetir em outras épocas)	CTEA, escolas e comunidades	Todas comunidades com a Exposição realizada; Diálogos realizados durante a Exposição; Número de visitantes na Exposição; Envolvimento das escolas e comunidades na Exposição; Propostas surgidas a partir da Exposição; Comunidades dialogando sobre os conteúdos do PPP.
Reuniões de acompanhamento, avaliação e formação continuada	Trimestral A partir de agosto	CTEA	Número de reuniões realizadas; Número de participantes nas reuniões; Diálogos realizados durante as reuniões; Alegria e prazer dos participantes de estarem nas reuniões; Organização, planejamento e avaliação realizados pela CTEA;

LINHA DE AÇÃO: CONTINUIDADE, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

ATIVIDADE	QUANDO	RESPONSÁVEIS	INDICADORES
Criar espaços de diálogos entre as escolas	A partir do 1º semestre de 2017	SEMED, direção do Polo, Direção/Coordenação da Escolas, CFR e CTEA	Espaço de diálogo criado e aprovado pelos participantes; Escolas interagindo com suas experiências e propostas; Comunidade escolar das Escolas da RDS e entorno conhecendo e dialogando sobre suas realidades e assumindo responsabilidades coletivas; Informações disseminadas.
Criar espaços de diálogos entre as comunidades	A partir de 2016	ATRAEIB, ICMBio, Conselho Gestor e CTEA, escolas e comunidades	Espaço de diálogo criado e aprovado pelos participantes; Comunidades interagindo com suas experiências e propostas; Comunidades dialogando sobre suas realidades e assumindo responsabilidades coletivas; Informações disseminadas.
Adequar ou Construir o PPP de cada Escola	A partir do 2º semestre de 2016	CTEA, Direção do Polo, SEMED e direção/coordenação pedagógica de cada escola da RDS e entorno	PPP escolares adequados e construídos de acordo com a realidade local e articulados com o PPP da RDS Itatupã-Baquiá.

BIBLIOGRAFIA

ADAMI, M., GOMES, A. R., COUTINHO, A. C., ESQUERDO, J. C. D.M., VENTURIERI, A. Dinâmica do uso e cobertura da terra no estado do Pará entre os anos de 2008 e 2012. Anais XVII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, João Pessoa-PB, Brasil, 25 a 29 de abril de 2015, INPE. Páginas 7028 – 7035.

AFONSO, M. L.; ABADE, F. L. Para reinventar as rodas: rodas de conversa em direitos humanos. Belo Horizonte: **RECIMAM**, 2008.

ALMEIDA, D. S.; AZEVEDO, E. B. V.; CARVALHO, L. A.; NOGUEIRA, L. A. O vídeo na construção de uma educação do olhar. **Perspectivas Online**. V. 3, n.9, 2009.

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / Miguel Altieri. – 5.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ALVES, R. Variações sobre o prazer. 2º edição. São Paulo: Planeta, 2014.

ARAMBURU, M., Aviamento, Modernidade e Pós-Modernidade no Interior Amazônico. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v9, n25, São Paulo, 1994.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa: Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: Brandão, C. e Streck, D.R. (Org.). **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida/SP: Ideias e Letras, 2006.

BRANDÃO, C. R. Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável / Carlos Rodrigues Brandão. – 2. ed. – Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRANDÃO, C. R. A Educação popular na escola cidadã. Petropolis: Vozes, 2002.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo : IMESP, 1988.

BRASIL. Lei n. 9795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: *Diário Oficial da União*, 28 de abril de 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 169, de 23 de maio de 2012. Institui o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar- PEAAF. **DOU**, Brasília, DF, 24 mai. 2012. Seção 1, pág. 56.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. ProFEA – Programa Nacional de Formação de Educadoras(es) Ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para sustentabilidade. Série Documentos Técnicos, número 8. Brasília: 2006

CASA FAMILIAR RURAL DE GURUPÁ. Projeto Político Pedagógico. Casa Familiar Rural de Gurupá, PA. Sem data.

CAMELY, N. C., Do aviamento às cooperativas de trabalhadores. A nova democracia. Ano III, n.18, 2004. Disponível em: <http://anovademocracia.com.br/no-18/849-do-aviamento-as-cooperativas-de-trabalhadores>. Acesso em: mar. 2016.

CRUZ, W.K., BARBOSA, M.J.S. Desenvolvimento territorial rural na Amazônia: análise do Marajó. Anais da VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. 20 a 23 de agosto de 2013. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, MA.

DIEGUES, A. C. Sociedades e comunidades sustentáveis, 2003. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>. Acesso em: junho/2016.

DIAS-FILHO, M. B., Diagnóstico das pastagens no Brasil. Documentos 402. Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2014.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Revista Educar**, Curitiba: Editora UFPR. n. 24, p. 213-225, 2004.

FERRO, D. J. B. Consciência ambiental na escola São João em Gurupá – PA: Uma análise sociológica sobre o papel da escola na Educação Ambiental. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação apresentado à coordenação do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará como requisito para obtenção do Grau de Licenciado em Ciências Sociais. Gurupá, 2015.

FRANCO, J. O. Memórias em movimento: o vídeo comunitário na fronteira entre realidade e representação – um estudo do projeto Roda Memória. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.8, n.13, p.277-278, 2012.

FREIRE, P. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra (3 ed. 1994), 245p.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 9 ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981.

FREIRE, P. "A importância do ato de ler: em três artigos que se completam", São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989, p. 31

GADELHA, R.M.F. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. Revista de Estudos Avançados. Vol. 16, n.45. São Paulo, 2002.

GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. In: FERRARO, L. (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília:MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

GAVIOLI, F. R. Avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas através de indicadores em um assentamento rural em São Paulo. **Revista Verde**, Mossoró, RN, v.6, n.5, p. 99-110, dez.2011.

GOVERNO DO ESTADO PARÁ. Anuário estatístico do Pará 2015. Disponível em: <http://www.pa.gov.br/>. Acesso em: mar. 2016.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em: mar. 2016.

GUIMARÃES, M. Educação Ambiental Crítica. In: **Identidades da educação ambiental brasileira** / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

ICMBio. Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>. Acesso em julho/2016.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE. Unidade de Conservação. Disponível em: <http://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/>. Acesso em: mar. 2016.

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO BRASIL. Regularização fundiária e manejo florestal comunitário na Amazônia. Sistematização de uma experiência inovadora em Gurupá – PA. Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional, Brasília, 2006.

IPEA. Desafios do desenvolvimento. O que é Amazônia Legal? 2008. Ano 5 . Edição 44 - 08/06/2008

LIRA, S. R. B., Do aviamento à globalização, facetas do (sub) desenvolvimento da economia paraense. XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL 21 a 25 de maio de 2007, Belém - Pará - Brasil

LOPES, R.E.; BARROS, D.D.; MALFINATO, A.P. S.; GALVAN, D.; BARROS, G. O vídeo como elemento comunicativo no trabalho comunitário. **Cadernos de Terapia Ocupacional**. v. 10, n. 1, 2002.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: E.P.U., 1986.

MACHADO, T.M.G. et al . A roda de conversa como ferramenta de planejamento de ações: relato de experiência. **Revista Eletrônica Gestão & Saúde**. Vol. 6 (Supl. 1). p.751-6, 2015.

Ministério do Meio Ambiente. Educação Ambiental por um Brasil Sustentável. Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental. Marcos Legais & Normativos. Carta aberta de educadoras e educadores por um mundo justo e feliz! 2ª Jornada Internacional de Educação Ambiental Rio+20 na transição para Sociedades Sustentáveis, Rio de Janeiro, 2012.

Ministério do Meio Ambiente. A unidade de conservação e o território: Reconhecendo o contexto socioambiental e geopolítico. Brasília, 2015b. (Série: Educação Ambiental e Comunicação em Unidades de Conservação)

Ministério do Meio Ambiente. Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar: Guia metodológico – oficina do PEAAF / Alex Barroso Bernal e Adriana de Magalhães Chaves Martins, Organizadores. Brasília: MMA, 2015a.

MAZZOCO, B. Transforme suas fotos em vídeo em cinco etapas. seção Tecnologia Revista Nova Escola, 2013.

MONTENEGRO, S. C. S. A conexão homem/camarão (Macrobrachium carcinuse M. Acanthurus no baixo São Francisco

alagoano: uma abordagem etnoecológica. Tese (Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

MORAN, J. M. Leituras dos Meios de Comunicação. São Paulo, Ed. Pancast, 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPÁ. O município. Disponível em: <http://www.gurupa.pa.gov.br/content/o-municipio>. Acesso em: mar. 2016.

RAYMUNDO, M. H. A., DINIZ, N., MARANHÃO, R., JANKE, N. Projeto Político Pedagógico como estratégia para Inclusão da Educação Ambiental nas Políticas Públicas Brasileiras. Revista Científica Galego-Lusófona de Educación Ambiental. v2, n 20, p. 151-165, 2015.

RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Tempo. Vol.11, n.22, Niterói, 2007.

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica das Ciências Sociais**, Lisboa, n. 63, 2002.

SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 5. n. 1, p. 29-57, 2005

SILVA, F. C., SILVA, L. J. M., História Regional e participação social nas mesorregiões paraenses. Paper NAEA 226, Dezembro de 2008.

SOUZA, A. L. Evolução do Sistema Agrário da mesorregião do Marajó: uma perspectiva sócio – histórica. Anais do III Congresso Brasileiro de Sistemas

STRECK, D. R. Pesquisar é pronunciar o mundo. Notas sobre método e metodologia. In: BRANDÃO, C. e STRECK, D.R. (Org.). **Pesquisa Participante: a partilha do saber**. Aparecida/SP: Ideias et Letras, 2006a.

STRECK, D. R. Práticas educativas e movimentos sociais na América Latina: aprender nas fronteiras. In: Seminário Fronteiras étnico-culturais e fronteiras da exclusão, 2006, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Universidade Católica Dom Bosco, 21 a 24 de setembro de 2006b.

SORRENTINO, M. Educação Ambiental Popular. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.): Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es)

Ambientais e Coletivos Educadores – Volume 3 Brasília: MMA/DEA, 2013.

SORRENTINO, M. et al. Comunidade, identidade, diálogo, potência de ação, e felicidade: Fundamentos para Educação Ambiental. In: SORRENTINO, M (Org.). **Educação ambiental e políticas públicas: conceitos, fundamentos e vivências**. Curitiba: Appris, 2013. p. 109-118.

TAJRA, I. Roda de conversa como instrumento para criação de grupos de interação social e educacional em saúde-relato de experiência. [Trabalho de Conclusão de Curso Especialização *Latu Sensu*- TCC Educação Permanente em Saúde em Movimento] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1996.

TOZONI-REIS, M. F. C. Pesquisa-Ação: Compartilhando saberes; Pesquisa e Ação educativa ambiental. In: FERRARO, L.A. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

TOZONI-REIS, M. F. de C. Temas ambientais como “temas geradores: contribuições para uma metodologia educativa ambiental crítica, transformadora e emancipatória. **Educar**, Curitiba, n. 27, p. 93-110, 2006.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2006.

VERÍSSIMO, A., ROLLA, A., VEDOVETO, M., & FUTADA, S. DE M. 2011. Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios (p. 87). Belém/São Paulo: Imazon e ISA.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 10ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória? **Caderno Cedes**, v. 23, nº 61, Campinas, Dez, 2003.

VICENTINI, G.W.; DOMINGUES, M. J. C. S. O uso do vídeo como instrumento didático e educativo em sala de aula. XIX ENANGRAD. **Anais...** Curitiba, PR, 01 a 03 de outubro, 2008.

VIEIRA, L. T. B., Estado, Mercado e Sociedade Civil: apropriação e legitimidade do discurso ambientalista. Anais do II Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia. Amazônia: Mudanças Sociais e perspectivas para o séc. XXI. 13 a 15 de setembro. UFPA, Belém - PA, 2010.

ZANDONADE, V.; FAGUNDES, M. C. J. O vídeo documentário como instrumento de mobilização social. Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis/Fundação Educacional do Município de Assis, 2003.

WWF. Observatório de Unidades de Conservação. Informações do RAPPAM. Disponível em: <http://observatorio.wwf.org.br/unidades/cadastro/761/>, Acesso em: mar. 2016.

LINK PARA ACESSAR O VÍDEO PRODUZIDO COMO PARTE DA CONSTRUÇÃO DESTE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO:

<https://www.youtube.com/watch?v=Y71-rgiiZbc&feature=youtu.be>